

JONAS PEREIRA



MARCELLO CASAL JR./ABF



Congresso prepara medidas anticrise

Enquanto a crise financeira global se agrava, o relator do Orçamento, Delcídio Amaral, define cortes e estuda aumentar meta de superávit

Já refazendo as previsões para a economia, Delcídio Amaral diz que haverá austeridade. Ele estuda a criação de reserva especial com recursos provenientes dos cortes orçamentários, aumentando assim a meta de superávit primário, que hoje é de 3,8% do PIB. E,

pela primeira vez desde 2005, o valor destinado no Orçamento a emendas de parlamentares não terá reajuste. Base do governo quer votar logo a criação do fundo soberano e a MP que deu mais poder ao Banco Central para interferir no mercado.

páginas 3 e 4

Delcídio Amaral (acima), com Paulo Bernardo, promete austeridade. Já Mantega (ao lado, à esq.) e Meirelles explicarão à CAE as ações do governo contra a crise

desmatamento

Devastação em assentamentos gera polêmica

A lista com os cem maiores desmatadores divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente incluiu nos primeiros lugares os assentamentos do Incra e gerou atritos no governo. O Ibama agora estuda os argumentos apresentados pelo Incra, que aponta erros na lista. Em meio à polêmica, a senadora Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente, lamenta o índice de 133% de aumento na derrubada das florestas.

páginas 6 e 7

Sensação de bem-estar ajuda a reeleger prefeitos

O bom desempenho dos prefeitos que tentavam se reeleger deu o tom das eleições municipais. Cientistas políticos ouvidos pelo **Jornal do Senado** também analisam os resultados eleitorais dos partidos.

páginas 8 e 9

Serys destacou o bom desempenho do PT nas eleições



justiça

Conselho da Justiça Federal terá mais poder

página 5

12 de outubro

Plenário celebra Dia das Crianças em sessão solene

página 2

cidadania

Remédios com até 90% de desconto

Com a parceria de mais de 6 mil farmácias privadas pelo país, programa do Ministério da Saúde oferece desconto de até 90% para remédios contra hipertensão e diabetes, além de anticoncepcionais.

página 16

e mais...

AGENDA	página 2
VOZ DO LEITOR	
FRASES	
PERGUNTE AO SENADOR	página 15



debates

Mesquita Júnior cobra mais proteção ao jovem

Senador defende a realização de campanha em defesa dos “brasileirinhos indefesos”. Ele lembrou que a CPI da Pedofilia já tem propostas para a área

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que é hora de se lançar uma campanha nacional de conscientização dos adultos para defender melhor os “brasileirinhos indefesos”, referindo-se às crianças e aos jovens.

Mesquita Júnior também propôs que se aproveitasse o Dia das Crianças, comemorado no domingo, para uma reflexão “sobre o que está acontecendo com nossos jovens”.

– Como integrante da CPI da Pedofilia, estou cada dia mais preocupado com a ocorrência absurda de violência contra as crianças, feita, muitas vezes, por integrantes de suas próprias



Mesquita Júnior afirma estar preocupado com a violência cometida, muitas vezes, pela própria família

famílias. Precisamos acionar uma sirene para intimidar esses criminosos – disse.

Segundo Mesquita Júnior, a

CPI da Pedofilia já apresentou propostas para a reforma da legislação de proteção à infância, que ainda precisam de aprovação. O senador destacou o projeto de criação da Agência de Proteção da Criança e do Adolescente, que tem por objetivo concentrar as ações concretas de combate ao trabalho infantil, à violência e à prostituição. A seu ver, “esse seria um bom caminho para proteger as crianças, saindo do discurso e passando a medidas concretas”.

O senador também alertou para os crimes contra as crianças e os jovens que estão surgindo por meio de *sites* de relacionamento na internet.

Dias da Criança e do Professor vão ser celebrados em sessão especial

O Senado realiza sessão especial nesta quarta-feira, às 11h, pela passagem do Dia da Criança, celebrado domingo, e do Dia do Professor, festejado em 15 de outubro.

A solicitação está em requerimento dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Patrícia Saboya (PDT-CE), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Marconi Perillo (PSDB-GO).

Além de homenagear os professores, o objetivo dos senadores é discutir a inclusão

social. Cerca de 3 milhões de crianças entre 5 e 15 anos de idade trabalham no Brasil, segundo levantamento, realizado entre 2004 e 2005, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Dia da Criança foi uma iniciativa do deputado federal Galdino do Vale Filho, em 1920.

Já a celebração do Dia do Professor foi oficializada nacionalmente pelo Decreto Federal 52.682, de 14 de outubro de 1963.

PRONAF NA AMAZÔNIA

Romero Jucá (PMDB-RR) saudou sexta-feira a adoção de medidas, pelo governo federal, no sentido de simplificar as regras para o acesso de agricultores da Amazônia a recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Ele ressaltou que foram flexibilizadas as exigências para que produtores familiares da região Norte sejam beneficiados pelo programa.

Conforme disse, o agricultor que apresentar a Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP) estará dispensado da apresentação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR). O parlamentar informou que a medida entrou em vigor no início de outubro, com a Resolução 3.618/08 do Banco Central.

Adelmir quer mais atenção à saúde mental

Ao lembrar o Dia Mundial da Saúde Mental – que se celebra em 10 de outubro –, o senador Adelmir Santana (DEM-DF) afirmou que os transtornos psíquicos não têm recebido tratamento adequado por parte dos governantes. Ele ressaltou que, segundo o Ministério da Saúde, apesar de haver mais de 38 milhões de brasileiros portadores de algum tipo de distúrbio mental, apenas 2,3% do orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é destinado à área. Adelmir Santana disse que os problemas mentais são, muitas vezes, causados pelo abuso de álcool e outras drogas, e incluem, entre os sofrimentos, a depressão.

Viana aponta avanços nos tratamentos

Os avanços no atendimento a pessoas com transtornos mentais foram destacados pelo senador Tião Viana (PT-AC). Ele saudou o Dia Mundial da Saúde Mental, que se celebra em 10 de outubro.

Tião Viana destacou os acertos do atual modelo de gestão do setor implementado no Brasil, o qual segue a substituição progressiva das internações por cuidados domiciliares. – O novo modelo busca a restituição da dignidade do doente mental, seu envolvimento com o ambiente familiar e sua integração ao cotidiano da sociedade e com a atividade profissional.

Mão Santa diz que ainda espera ver novas obras federais no Piauí

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que “nunca viu maior desgraça para o Piauí” do que os quase seis anos de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Garantiu, no entanto, que ainda tem esperança de que novas obras federais sejam realizadas no estado.

Mão Santa disse esperar que, nos cerca de dois anos que restam ao governo Lula, sejam construídos no Piauí portos, estradas de ferro, uma usina hidrelétrica e uma refinaria de petróleo. Deseja também ver realizados projetos de irrigação, de uma nova universidade, de zonas de processamento de exportação (ZPEs) e de uma usina hidrelétrica.

O senador também afirmou



Mão Santa assegura que o PMDB não desistirá de ter candidato próprio à Presidência do Senado

que o PMDB terá candidato próprio à Presidência do Senado.

– Os candidatos que o governo está lançando são mais fracos que os nossos – observou.

comissões

Segunda-Feira

9h – ASSUNTOS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS

Motoristas – Audiência pública conjunta discutirá os aspectos sociais do Estatuto do Motorista Profissional, como melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde do profissional da área.

Terça-Feira

10h – EDUCAÇÃO

Olimpíadas – A comissão debaterá, em audiência pública, o desempenho brasileiro nas Olimpíadas de Pequim e as políticas públicas para o esporte. Foram convidados a coordenadora de Gestão de Esportes de Alto Rendimento da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo, Maria Paula Gonçalves (Paula, ex-jogadora de basquete); o jornalista do *Correio Braziliense* José Cruz; o

especialista do Centro de Estudo de Atletismo Fernando Franco Ferreira; e o ex-secretário nacional de Esportes Lars Graef.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Celular – Analisa 13 itens, entre eles o projeto que propõe limites à exposição humana a campos elétricos e eletromagnéticos gerados por equipamentos de telefonia celular. Também pode ser examinada a proposta que abre discussão a respeito do controle das obras públicas inacabadas e o projeto que determina a inscrição de informações, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, sobre formas de descarte.

Quarta-Feira

8h45 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Centros de pesquisa – O primeiro dos nove itens em pauta é o

projeto que cria centros de pesquisa e de desenvolvimento da educação nas universidades.

9h30 – AGRICULTURA

Desapropriação – Reunião para a votação de três itens, entre eles o projeto que altera a legislação referente à reforma agrária, a fim de garantir o pagamento em dinheiro, em 90 dias, aos proprietários de imóveis desapropriados que não estejam incluídos na hipótese de interesse social.

10h - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Overbooking – A comissão examina o projeto que prevê indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave. Também está na pauta a proposta que prevê aumento as penas dos crimes envolvendo acidentes com vítimas fatais no trânsito.

11h - ASSUNTOS SOCIAIS

Segurança alimentar – Na pauta

de sete itens, a comissão discute a proposta que trata da mineralização dos solos e da segurança alimentar e nutricional. Ainda na pauta, o projeto

que assegura aos empregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração.

plenário

Segunda-feira

inclusão social infantil, e o Dia do Professor.

14h – Sessão não-deliberativa

14h – Sessão deliberativa

Terça-feira

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

14h – Sessão deliberativa **Banco do Brasil** – A hora do expediente será destinada à comemoração do bicentenário da instituição financeira.

Quarta-feira

11h – Sessão especial **Crianças e professores** – Plenário se reúne para celebrar duas datas: o Dia da Criança, com o objetivo de discutir e encontrar meios para

Sexta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

crise mundial

Orçamento pode incluir "reserva de austeridade"

Segundo Delcídio Amaral, objetivo da proposta é aumentar o que o governo economiza para pagar os juros e os encargos da dívida federal

Quando apresentar o seu parecer preliminar nesta terça-feira, o relator do Orçamento, senador Delcídio Amaral (PT-MS), pretende mostrar ao mercado que os parlamentares estão dispostos a dar a sua contribuição para enfrentar a crise no sistema financeiro internacional. Uma das propostas é criar uma reserva especial na lei orçamentária de 2009 que possibilite aumentar o que o governo economiza para pagar os juros e os encargos da dívida federal (superávit primário), cuja meta atual é de 3,8% do produto interno bruto (PIB) para o próximo ano.

O relator pode estabelecer cortes na proposta orçamentária enviada pelo Executivo para abrir espaço ao atendimento das emendas e de outros pleitos que surgirem no decorrer da tramitação do projeto. Só que, em vez de reforçar os recursos para os relatores setoriais, Delcídio reservará uma parte do que compete à relatoria geral para enfrentar, como explicou ao *Jornal do Senado*, eventual frustração nas estimativas de arrecadação federal, projetadas antes do agravamento da crise. Também deve instituir outra reserva que viabilize projetos de iniciativa do Congresso que prevejam desonerações tributárias.

Mesmo em condições favoráveis para enfrentar a crise, que

começou nos Estados Unidos e se alastrou pelo mundo, a economia brasileira dificilmente atingirá crescimento de 4,5% previsto no projeto do Executivo. Estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta aumento de 3,5% do PIB brasileiro em 2009, o que está dentro do que vem sinalizando o mercado nas estimativas recolhidas pelo Banco Central, no seu boletim Focus.

Embora com queda pronunciada em relação às previsões deste ano (5,2% pelo FMI) e aos 6,1% alcançados no primeiro semestre, segundo o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o Brasil pertence ao grupo das economias emergentes que ajudará a evitar que o crescimento mundial despenque para menos de 3% em 2009.

As projeções do FMI indicam que essas economias devem atingir 6,1% de aumento no próximo ano. No entanto, os Estados Unidos, pivô da crise, devem registrar apenas 0,1%. No conjunto, os países mais ricos devem atingir somente 0,5%, segundo o *Panorama da Economia Mundial*, lançado pelo FMI em Washington.

O governo, no entanto, quer ganhar tempo para avaliar os desdobramentos do pacote de US\$ 850 bilhões aprovado pelo congresso

norte-americano. Paulo Bernardo acertou com os integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO), na última terça-feira, que os ajustes a serem feitos no projeto orçamentário ficarão para depois de 21 de novembro, quando o Executivo entrega a revisão dos parâmetros macroeconômicos.

Só então o relator da Receita, deputado Jorge Khoury (DEM-BA),

fará a atualização da reestimativa aprovada na última quarta-feira, que dimensionou um acréscimo líquido (excluídas as transferências aos estados e aos municípios) de R\$ 7,9 bilhões sobre a

arrecadação prevista no projeto de lei de R\$ 662,34 bilhões.

A tônica, porém, é de "austeridade", como vem alertando Delcídio e Khoury. Na quarta-feira, em meio a turbulência do mercado, representantes dos partidos com assento na CMO decidiram manter o valor global de R\$ 8 milhões para as emendas individuais, fixando assim no parecer preliminar de Delcídio quantia idêntica à do Orçamento de 2008.

Será a primeira vez desde 2005 que não haverá acréscimo nos recursos para investimentos nas bases eleitorais dos congressistas, mesmo se os novos prefeitos pressionarem.

Ajustes no projeto ficam para depois do dia 21 de novembro



Mercado nervoso: na Bolsa de Valores em São Paulo, uma queda superior a 10% na manhã de sexta-feira levou à suspensão das operações

Hora de cortar gastos

As medidas propostas pelo relator do Orçamento, Delcídio Amaral, para o país enfrentar a crise financeira global

- Uma "reserva especial" no Orçamento de 2009 pode ser criada, aumentando assim a meta de superávit primário (hoje em 3,8% do PIB)
- Parte dos recursos provenientes de cortes no relatório orçamentário pode ser destinada a enfrentar frustração das estimativas de arrecadação federal
- Emendas individuais continuam com o valor máximo de R\$ 8 milhões, idêntico à estabelecida pelo Orçamento de 2008. Desde 2005, é a primeira vez em que não há reajuste nesse valor
- Para esperar o resultado do pacote de ajuda do governo americano ao mercado financeiro, os ajustes no Orçamento virão a partir somente do dia 21 de outubro



Governo amplia poderes do BC para enfrentar riscos financeiros

Diante do agravamento da crise financeira, o governo brasileiro saiu em campo na semana passada para ajudar a liquidez do sistema financeiro nacional e frear a subida da moeda norte-americana. A principal providência foi a edição de medida provisória (MP 442/08) que amplia a atuação do Banco Central, dando suporte legal para utilizar instrumentos disponíveis a outros bancos centrais do mundo que já exercem o papel de "emprestador de última instância", como explicou o presidente do BC, Henrique Meirelles.

A MP (veja mais detalhes na Página 4) autoriza o Banco Central a adquirir carteiras de crédito de instituições financeiras em dificuldades, por meio de uma linha de empréstimo chamada redesconto. O BC também poderá conceder financiamentos em moeda estrangeira.

Essa ajuda por intermédio do redesconto visa principalmente os bancos de menor porte. Segundo especialistas do mercado financeiro, a medida já adotada pelo governo de reduzir os

depósitos compulsórios no BC para as instituições que adquirissem a carteira de bancos menores não produziu o resultado desejado. Grandes bancos, inclusive os oficiais, estariam cobrando caro por essa ajuda, o que teria exigido a atuação direta do BC.

O governo resolveu também socorrer os exportadores. No mesmo dia em que editou a MP, anunciou um conjunto de medidas para o setor. Bancos que operam lá fora terão acesso a dólares da reserva internacional do país para financiar exportações brasileiras.

Eles terão de entregar títulos da dívida brasileira e outros papéis de primeira linha para receber dólares em troca. Quando vencer a operação com o exportador, o BC recebe os dólares e devolve os títulos.

Outra medida foi o reforço de R\$ 5 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para linhas de financiamento de pré-embarque de mercadorias destinadas a exportação.

Mantega e Meirelles também devem explicar situação

O esforço dos parlamentares em obter explicações do governo sobre a crise e as medidas que vêm sendo adotadas para evitar que ela contamine a economia brasileira fizeram com que fossem articuladas várias iniciativas para trazer o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao Congresso. No Senado, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou na última terça-feira requerimento do seu presidente, Aloizio Mercadante

(PT-SP), e dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e João Tenório (PSDB-AL).

Na Comissão de Orçamento, que no mesmo dia ouviu o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, a idéia, segundo Delcídio Amaral, é agilizar a vinda de Meirelles, aproveitando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que exige a explanação do presidente do BC ao final de cada trimestre. Em razão do volume de solicitações para convidar Meirelles e Mantega, o presidente



Paulo Bernardo (C), com Delcídio (E): entendimento com o governo, por enquanto, é o de dar prosseguimento normal à tramitação do projeto de Orçamento para 2009

da Câmara estuda a possibilidade de realizar uma grande audiência no Plenário da Casa.

No encontro na CMO, Paulo Bernardo disse, por exemplo, que eventuais ajustes no projeto de lei orçamentária para 2009 só deverão ser apresentados depois de 21 de novembro, quando o Executivo pretende entregar a revisão dos parâmetros macroeconômicos.

Por enquanto, o entendimento com o governo é dar prosseguimento normal à tramitação do

Orçamento. A comissão aprovou nova data para apresentação de emendas ao projeto da lei orçamentária de 2009, que vai de 29 de outubro a 7 de novembro. Também estabeleceu que serão promovidas nove audiências regionais até o final de outubro. A comissão acatou, ainda, requerimento para realização de audiência sobre obras irregulares, com a presença, entre outros, do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Walton Rodrigues.

crise mundial

MP amplia atuação do BC para garantir liquidez

Medida provisória editada pelo presidente na semana passada cria vários instrumentos para evitar que crise financeira vitime economia nacional

O Senado deverá apreciar, em breve, após deliberação pela Câmara dos Deputados, a Medida Provisória (MP) 442/08, que dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central e autoriza a emissão de letra de arrendamento mercantil (LAM). A MP foi editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o objetivo de ampliar a atuação do Banco Central e socorrer instituições financeiras em dificuldade, devido à crise econômica desencadeada pelos Estados Unidos. A medida foi publicada em edição extra no *Diário Oficial da União* na terça-feira passada.

Para manter a liquidez no sis-

tema financeiro, a MP estabelece que o Conselho Monetário Nacional (CMN) poderá criar critérios e condições especiais de avaliação e aceitação de ativos recebidos pelo BC em operações de redesconto em moeda nacional ou em garantia de operações de empréstimo em moeda estrangeira.

O CMN poderá também afastar, em situações especiais e por prazo determinado, nas operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central, as exigências de regularidade fiscal previstas na legislação.

Nas operações de empréstimo, o BC fica autorizado a liberar o valor da operação na mesma moeda estrangeira em que são

denominados ou referenciados os ativos recebidos em garantia, e aceitar, em caráter complementar às garantias oferecidas nas operações, garantia real ou por meio de fiança outorgada pelo acionista controlador, por empresa ou instituição financeira.

Quanto às sociedades de arrendamento mercantil, a MP permite que emitam título representativo de promessa de pagamento em dinheiro, chamado de LAM. Esse título é nominativo, endossável e de livre negociação e deverá conter, entre outras exigências, o nome do emitente, o valor nominal, a taxa de juros fixa ou flutuante e a descrição da garantia, quando houver.

Suplicy refuta oposição e diz que medida não é "Proer de Lula"

Depois de conversar com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, Eduardo Suplicy (PT-SP) sustentou que a MP 442/08 "não é o Proer do Lula", como afirmaram senadores da oposição, em referência ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, do governo Fernando Henrique Cardoso para socorro aos bancos.

Suplicy disse que a MP regulamenta especialmente os empréstimos do BC aos bancos comerciais quando eles precisam de dinheiro repentinamente. O chamado "redesconto" é uma operação clássica dos bancos centrais para regular a oferta de dinheiro no mercado.



MP regulamenta especialmente o redesconto, empréstimo do BC aos bancos comerciais, explica Suplicy

Agripino e Marconi acham que receita é reduzir gastos e tributar menos

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), sugeriu que o governo federal promova uma "expressiva e urgente" diminuição dos gastos públicos, para que o país possa enfrentar a crise financeira mundial com mais eficácia. Agripino disse que as altas taxas de juros brasileiras e a diminuição dos investimentos já apontam para um ritmo de

crescimento econômico menor para o último trimestre de 2008 e para o ano de 2009.

Marconi Perillo (PSDB-GO) afirmou que Lula "agiu com descaso" ao dizer que a crise não atingiria o Brasil. Para o senador, o governo federal deve reduzir os juros, a carga tributária e os gastos públicos, para que o impacto da crise seja amenizado.

Gilvam: país está equilibrado para enfrentar a crise

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que as contas públicas do país estão equilibradas e o governo possui suficientes reservas de dólares – cerca de US\$ 200 bilhões – para, se preciso for, injetar dinheiro no mercado e conter a fuga de capitais.

– Não há motivos, portanto, para pânico, angústia ou desespero. O governo vem fazendo muito bem o seu dever de casa, a exemplo das recentes medidas adotadas pelo Banco Central, entre as quais a destinada a socorrer bancos de pequeno e médio porte que enfrentam dificuldades para fechar o caixa – observou.

Gilvam Borges disse que a alta do dólar registrada nas últimas semanas é de caráter artificial, causada por problemas vinculados à especulação financeira. O senador destacou que todos os índices econômicos dão conta de que a economia do país continua estável. Como prova, informou que a inflação, em setembro, desacelerou e ficou na casa de 0,26%.

FOTOS: GERALDO MAGELA



Jereissati adverte que desvalorização violenta do real pode provocar consequências "gravíssimas e imprevisíveis" para a economia brasileira

Tasso Jereissati acusa Lula de reagir apenas com "bravatas"

Em dois discursos na quarta-feira, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) criticou duramente as declarações que o presidente Lula tem feito sobre a crise financeira internacional, tratada em "tom de deboche, na brincadeira e na base da bravata" pelo governo brasileiro. Os pronunciamentos geraram um longo debate em Plenário.

– A crise chegou ao Brasil de maneira violenta. O dólar foi valorizado em 40% na última semana. As consequências de um acontecimento como esse são gravíssimas e imprevisíveis – advertiu.

Jereissati lembrou que o Brasil está inserido em uma economia globalizada, o que significa que, se o país em um determinado momento foi beneficiado pela prosperidade mundial, também poderá ser arrastado para baixo pelas turbulências que atingem os

mercados financeiros e de capitais em todo o planeta.

Mesmo se dizendo disposto a aprovar medidas de combate à crise financeira, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) também teceu críticas à forma como o governo enfrenta o problema. Para Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), o presidente Lula precisa deixar de falar como sindicalista e se comportar à altura das exigências do momento.

Já o senador João Pedro (PT-AM) contestou as afirmações de Tasso Jereissati e classificou como correta a postura de Lula. Segundo ele, o governo vem atuando com responsabilidade e adotando medidas para proteger o país da crise financeira. Para Renato Casagrande (PSB-ES), o governo deve demonstrar com veemência as medidas tomadas para tranquilizar a população.

Garibaldi defende prioridade para combate à crise financeira

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, disse que os parlamentares devem dispensar tratamento prioritário às medidas de combate à crise financeira internacional, por isso encara como essencial a vinda do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, à Comissão dos Assuntos Econômicos (CAE) para explicarem as providências a serem adotadas contra a crise. A data da reunião será agendada posteriormente.

– Acho que o que tem

prioridade agora são as medidas voltadas para a crise. O importante é que venham o ministro da Fazenda e o presidente do BC para a comissão e se discuta isso. Sem se discutir, nada vai ser aprovado aqui – afirmou.

A decisão de convidar Mantega e Meirelles para um debate com os senadores foi tomada pelos membros da CAE na semana passada, quando foram aprovados três requerimentos em bloco convidando as duas autoridades a comparecer à comissão.

MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO

Segundo Casildo Maldaner (PMDB-SC), a intranquilidade em relação à crise afetou a confiança de todos os setores da economia. Ele disse que o Brasil tem motivos históricos para preocupação e que é preciso criar melhores mecanismos de fiscalização e aferição dos investimentos e aplicações financeiras. – A corda arrebenta sempre do lado mais fraco – alertou.

NEGOCIAÇÃO COM CONGRESSO

Demostenes Torres (DEM-GO) aconselhou o governo a negociar com o Congresso Nacional medidas que assegurem o máximo de tranquilidade possível enquanto durar a crise. Na opinião do parlamentar, chegou o momento de o governo "descer do pedestal e procurar o Congresso, de maneira sincera, mostrando, por exemplo, qual é a verdadeira situação dos bancos brasileiros".

MENOS VULNERÁVEL A CRISES

A elaboração de propostas que diminuam a vulnerabilidade do Brasil diante das crises econômicas e da crise ambiental foi defendida por Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele disse que, hoje, não existe país que esteja imune ao derretimento das calotas polares e do sistema financeiro internacional. "Vamos enfrentar o problema da falta de recursos naturais no futuro", advertiu Cristovam.

PACOTES PARA OS MAIS FRACOS

Para Antônio Carlos Valadares (PSB-ES), a equipe econômica do governo não deve seguir o "mau exemplo" do presidente americano George W. Bush e lançar um pacote para salvar o setor financeiro. "Nossos pacotes, nossa política econômica e as medidas antiturbulência devem cuidar dos mais fracos, da massa que não viu a dívida social resolvida e agora vai ter que pagar a conta", disse.

plenário

Ampliada a fiscalização da Justiça Federal

Projeto aprovado pelo Senado que regulamenta reforma do Judiciário muda composição e dá mais poderes do Conselho da Justiça Federal

O Senado aprovou projeto de lei que redefine a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal (CJF), como parte do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O CJF fará a supervisão orçamentária e administrativa da Justiça Federal, com poderes correicionais e decisões com força vinculante. O projeto (PLC 129/08) vai à sanção.

O CJF será composto pelo presidente e pelo vice do STJ, por três ministros do tribunal eleitos pelos pares e os presidentes dos tribunais regionais federais. Os presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação dos Juizes Federais não terão direito a voto. O mandato dos conselheiros será de dois anos.

O relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), disse que o

projeto aprimora os mecanismos de publicidade, controle e responsabilização das atividades administrativas e orçamentárias da Justiça Federal, sem afetar a independência dos magistrados, e promove a sua integração.

O órgão foi criado pela Constituição e, com a reforma do Judiciário (Emenda Constitucional 45), ganhou poder para fiscalizar os membros da Justiça Federal.

MOREIRA MARIZ



Na semana seguinte às eleições municipais, senadores lotaram Plenário e aprovaram propostas que aguardavam na pauta

Embaixadas e cargos no Cade, CVM e Anvisa são preenchidos

O Plenário do Senado aprovou cinco indicações de autoridades feitas pelo presidente da República.

Dirceu Aparecido Barbano será diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Para o cargo de embaixadora do Brasil na Nigéria foi aprovada Ana Cândida Peres. E o diplomata Luiz Felipe de Seixas Corrêa chefiará a embaixada no Vaticano.

Foi aceito o nome do economista César Mattos para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Na sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), diante de críticas ao Cade, Mattos admitiu que a demora do órgão na análise de processos acarreta custos indeseja-

dos. Ele acredita, porém, que os prazos serão reduzidos, com menores chances de reversão de operações entre empresas, por conta de uma nova geração de advogados no órgão, com "sensibilidade" para temas econômicos, e a reforma do sistema de defesa econômica, prevista em projeto do governo em análise na Câmara.

Já o contabilista Eliseu Martins irá para a direção da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na CAE ele foi questionado sobre medidas que poderiam mais transparência a operações financeiras de empresas e evitar especulação. Ele disse que a questão é mais de "governança corporativa" que de ampliação de informações ao mercado.

CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA

O Plenário aprovou projeto (PLC 120/07) que amplia de um para dois anos o prazo para renovação das certificações de boas práticas de produtos alimentícios, cosméticos e de saúde sujeitos ao regime de vigilância sanitária. A proposta recebeu emendas e volta ao exame dos deputados.

DATA PARA SURDO E VAQUEIRO

O Plenário aprovou a criação do Dia Nacional dos Surdos (26 de setembro) e o Dia dos Vaqueiros (29 de agosto). Os projetos vão à sanção. A homenagem aos surdos coincide com a data de inauguração da primeira escola para surdos, em 1857, no Rio de Janeiro. O Dia do Vaqueiro marca a primeira passeata de vaqueiros, em 1944.

PRESIDENTE DO BC NO SENADO

O Plenário aprovou substitutivo a projeto de lei do Senado (PLS 26/00) que determina o comparecimento do presidente do Banco Central, trimestralmente, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para falar sobre a programação monetária. Alterada, a matéria agora retorna à Câmara.

PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA

O Plenário aprovou quatro projetos de decreto legislativo sobre as programações monetárias desde o quarto trimestre de 2007 até o terceiro trimestre de 2008. A programação monetária é aprovada pelo CMN e traz as estimativas de variação dos agregados monetários e dá metas para sua evolução.

PRÊMIO HISTÓRIA DO BRASIL

Os melhores trabalhos sobre o papel da política na história nacional receberão o Prêmio Senado Federal de História do Brasil. A criação do prêmio, que será anual, foi aprovada em Plenário por sugestão do senador Tião Viana (PT-AC) para aprimorar e preservar a cultura política.

BAIXA DE VEÍCULO ROUBADO

O Plenário aprovou, em primeiro turno, substitutivo a projeto de lei (PLS 142/05) que altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) com regras sobre a regularização de veículo não recuperado após roubo ou desmonte. O projeto é da CPI do Desmanche, com relatório de Adelmir Santana (DEM-DF).

Famílias sustentadas por mulheres de renda baixa terão programa habitacional próprio

O Plenário aprovou substitutivo ao projeto que autoriza o Executivo a criar programa habitacional em benefício de mulheres que sustentam suas famílias. O projeto (PLC 12/00) retorna à Câmara.

Mulheres com renda familiar de até três salários mínimos e com filhos de até 14 anos são o alvo do programa, que operaria dentro dos sistemas de financiamento habitacional existentes.

O novo programa também daria prioridade a famílias residentes em áreas de risco.

Processo simplificado de inscrição e empréstimo e a identificação prévia de comunidades carentes são outros pontos do substitutivo, apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS). A matéria prevê apoio de saúde preventiva, frequência escolar e complemento de renda às famílias atendidas.

Regulamentação da musicoterapia como profissão vai à sanção

O Plenário aprovou projeto que regulamenta a profissão de musicoterapeuta. A matéria vai à sanção.

Pela proposta (PLC 25/05), o musicoterapeuta é o profissional que utiliza a música para restaurar ou reabilitar a saúde física, mental e psíquica das pessoas.

Poderão exercer a profissão os diplomados em Musicoterapia por instituições reconhecidas e os profissionais de nível superior que tenham exercido a atividade por cinco anos ou mais.

O senador Flávio Arns (PT-RS) destaca o papel da musicoterapia para promoção de pessoas com deficiência, idosos e crianças.

Empréstimos para Tocantins e Uruguaiana recebem autorização

O Plenário aprovou projeto de resolução que autoriza o Tocantins a tomar empréstimo de US\$ 175,4 milhões junto ao Mediocredito Centrale (instituição financeira da Itália). Os recursos financiarão o projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento, com construção de pontes e pavimentação de estradas.

Em outro projeto aprovado, o Senado autoriza o município de Uruguaiana (RS) a contratar crédito de US\$ 6,83 milhões junto ao Banco Mundial para custear o programa Uruguaiana Vencerá, que inclui a revitalização do micronegócio.

agora é lei

Para proteger consumidor, lei proíbe letras pequenas em contratos

Os contratos devem ser redigidos em termos claros e com, no mínimo, corpo de letra tamanho 12, de acordo com a Lei 11.785/08, publicada no *Diário Oficial* de 23 de setembro. A lei altera o Código de Defesa do Consumidor, que, embora já exigisse que os contratos fossem legíveis, não oferecia um padrão a ser adotado. As regras apresentadas com letras ilegíveis criam armadilhas e sempre fo-

ram uma das principais queixas de consumidores lesados.

Todos os contratos, como alugueis e telefonia, estão sujeitos à nova lei. Facilitando a compreensão dos clientes evita-se que cláusulas não sejam notadas. Idosos e pessoas com problemas de visão são os mais beneficiados pela nova regra. Quem descumprir a lei poderá receber multa (entre R\$ 212 e R\$ 3,198 milhões).

Regras para bulas de remédio inspiraram projeto de Paulo Paim que deu origem à lei

O projeto de lei (PLS 192/05), do senador Paulo Paim (PT-RS), que deu origem à nova lei foi inspirado em proposta de Romeu Tuma (PTB-SP), já adotada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), determinando que bulas de remédios sejam impressas em letras legíveis e em termos populares para melhor visão e compreensão do paciente. O projeto de Tuma, aprovado pelo Senado, está na Câmara. Segundo Paim, o uso comum de "letras miúdas" nos contratos dificultam a leitura das cláusulas

e a compreensão das obrigações assumidas.

Embora a nova lei proíba fornecedores de imprimir contratos com caracteres menores do que o corpo 12, largura aproximada de 2,5 mm e altura aproximada de 2 mm, a lei não especificou qual o tipo de letra a ser usado. "Não adianta tentar usar essa lei para enganar os consumidores", alerta o diretor do Procon de São Paulo, Evandro Zuliani. Segundo ele, isso também vale para letras borradas ou apagadas, já que a intenção é a legibilidade.

meio ambiente

MÁRCIA KALLUME



Stephanes (E), Neuto de Conto e Carlos Minc: o governo quer incentivar o uso de terras já desmatadas e degradadas

Cana é vetada na Amazônia e no Pantanal

Proibição está prevista em estudo técnico de zoneamento agroecológico do governo que identificou 65 milhões de hectares adequados para o plantio

O estudo técnico para o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar veta seu cultivo nos biomas Amazônia e Pantanal, informou o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, em audiência conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis. Já o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou que o zoneamento deve

ser aprovado em breve pelo governo, definindo regras para que a expansão do etanol não comprometa o equilíbrio ambiental.

O zoneamento para a cana-de-açúcar, explicou Stephanes, leva em consideração aptidões de solo e clima, restrições ambientais e declividade do terreno, identificando áreas aptas à colheita mecanizada. O governo quer incentivar o uso de terras já desmatadas e degradadas. O estudo identifica 65 milhões de hectares adequados, dos quais

37 milhões são pastagens degradadas. Ficam de fora as áreas na Amazônia e no Pantanal, as terras que apresentam declividade superior a 12 graus e as que integram unidades de proteção legal.

“O zoneamento é um grande instrumento para compatibilizar produção de alimentos e de energia limpa sem destruir o meio ambiente”, disse, observando que só 5 milhões de hectares serão incorporados, nos próximos oito anos, à área da cana.

Senadores cobram apoio ao desenvolvimento sustentável

Durante a audiência com os ministros Reinhold Stephanes, da Agricultura, e Carlos Minc, do Meio Ambiente, o senador Expedito Júnior (PR-RO) ponderou que a exclusão da Amazônia do zoneamento de áreas aptas à produção de cana-de-açúcar deveria vir acompanhada de medidas para seu desenvolvimento.

– Na Amazônia, sempre ouvimos o que não pode ser plantado. Mas,

afinal, o que pode ser produzido lá? Precisamos saber e contar com incentivos para o desenvolvimento da região – observou. Stephanes sugeriu o cultivo de palmas.

Expedito também afirmou que o zoneamento estadual de Rondônia prevê o plantio de cana-de-açúcar em determinadas áreas, ao contrário do nacional, que o veta em todo o bioma amazônico. Já João Pedro (PT-AM) cobrou a regula-

rização fundiária na Amazônia. “Sem ela, como vamos fazer o manejo das áreas, o controle, a fiscalização?”, questionou.

Para reduzir o desmatamento, Augusto Botelho (PT-RR) pediu apoio do governo aos pequenos produtores rurais, que usam os recursos florestais para sobreviver. E Marina Silva (PT-AC) disse que as mudanças virão a partir da construção do diálogo.

Ciclo de audiências debaterá o futuro da região amazônica

O futuro da região amazônica será debatido pela Subcomissão Permanente da Amazônia, em três audiências públicas dedicadas ao tema, cujas datas ainda serão definidas.

Na primeira, o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, falará sobre o Projeto Amazônia, em que sugere o “soerguimento” da região, que para ele deve se tornar a prioridade brasileira neste século. A audiência estava marcada para esta semana, mas foi cancelada e será remarçada.

No Projeto Amazônia, Mangabeira Unger afirma que a

discussão sobre a região, diz o ministro, tem servido como “alavanca de pressão” do mundo sobre o Brasil. A seu ver, porém, esse mesmo debate pode abrir espaço para que se mostre que, ao reafirmar a soberania

Mangabeira Unger, Geddel Vieira Lima e Nelson Jobim serão ouvidos

brasileira sobre a Amazônia, pode-se fazê-lo “a serviço não só do Brasil, mas também da Humanidade”.

O ciclo de audiências foi definido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), à qual a subcomissão está ligada, por sugestão do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Nas outras audiências devem ser ouvidos os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima.

Jefferson Praia pede mais integração entre ministérios

Sugestões para implantação de um modelo de desenvolvimento econômico e social para a Amazônia com respeito ao meio ambiente foram apresentadas por Jefferson

Pravia (PDT-AM) ao governo federal. O senador disse que é preciso agir de forma mais rápida e integrada para conter o aumento do desmatamento na região e criticou a atuação descoordenada entre o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). – Infelizmente, os assenta-

É preciso agir rapidamente para conter o desmatamento, diz senador

mentos do Incra estão entre os maiores desmatadores. O órgão aparece oito vezes na lista divulgada pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. O Incra desmatou milhares de hectares entre 2006 e 2008 e recebeu milhões de reais em multas. Isso não pode acontecer. Os assentamentos do instituto devem ser os primeiros a dar bons exemplos – afirmou, pedindo integração entre os ministérios do Meio Ambiente; da Agricultura; do Desenvolvimento Agrário; e do Desenvolvimento.

ambiente legal

Sol é competidor viável

Algumas regiões do Brasil já poderão ter, entre 2012 e 2013, preços equivalentes de energia fotovoltaica e energia convencional, segundo simulações de cenários feitas por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina para um eventual Programa Solar Brasileiro.

As simulações identificam, entre diversos itens, o custo total do programa, o impacto tarifário mediante a diluição dos custos aos consumidores finais e o momento em que o preço da energia fotovoltaica e da energia convencional será o mesmo para o usuário final.

Economia de combustível

O físico Rongjia Taoda, da Universidade de Temple (EUA), afirma que alcançou uma economia de 20% no consumo de um Mercedes-Benz a diesel utilizando um dispositivo redutor de combustível. O aparelho, fabricado pelo próprio físico, reduz

a viscosidade do diesel, permitindo que ele seja injetado no motor na forma de gotas menores. Essa melhor vaporização do combustível leva a uma queima mais eficiente e mais limpa. A tecnologia foi licenciada para a empresa Save The World Air, Inc.

A energia que vem do lixo

O Ministério de Minas e Energia calcula que o lixo das 300 maiores cidades brasileiras poderá gerar, mediante usinas termelétricas, 15% da energia elétrica consumida no país. De olho nesse mercado, empresas começam a projetar a construção de novos aterros, para aproveitar a onda verde da energia do biogás. São Paulo, por exemplo, já tem 21 aterros particulares.

Esponja neutraliza mercúrio

A equipe do professor Robert Hurt, da Universidade de Brown (EUA), criou uma esponja que poderá resolver o conflito sobre a adoção de uma iluminação que consome menos energia, mas que tem o potencial de poluir mais. A nova esponja, que usa nanopartículas de selênio, é capaz de absorver (e neutralizar) a nuvem de mercúrio que escapa da lâmpada fluorescente compacta quando ela se quebra e pode também ser utilizada como revestimento em recipientes especiais para a quebra controlada das lâmpadas em estações de reciclagem.

Cuidados com o celular

Respeitados pesquisadores recomendam cuidado com a utilização abusiva dos celulares. Eles observam que, embora não existam provas de que o celular oferece riscos, também não se provou o contrário. Algumas das precauções sugeridas são: evitar o uso por crianças menores de 12 anos; ao falar, manter o aparelho a um metro de distância do corpo, utilizando viva-voz ou fone-de-ouvido; não usar quando o sinal estiver fraco, ou durante movimento em um veículo; e evitar carregar o aparelho junto ao corpo, na mão ou no bolso.

meio ambiente



Sem-terra colocaram Incra entre maiores desmatadores, mas dois terços da devastação ocorre em propriedades privadas

Assentamentos, novos vilões da floresta

Pequenas propriedades distribuídas a sem-terra são identificadas como responsáveis por desmatamento, causando mal-estar no governo

Na próxima semana, o Ibama deve entregar ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, sua análise sobre os argumentos do Incra que contestam a inclusão do instituto nos primeiros lugares do *ranking* do desmatamento na Amazônia.

A referência ao Incra dizia respeito a centenas de pequenas propriedades distribuídas em projetos de assentamentos de sem-terra, onde tem sido grande a devastação florestal. O Incra formalmente mantém por dez anos a propriedade das terras ocupadas por colonos.

O relatório causou mal-estar dentro do governo, e o ministro Minc tentou atenuar atritos junto à área de reforma agrária e à sua antecessora no cargo, a senadora Marina Silva (PT-AC). Ele enfatizou que a maior responsabilidade pelo desmatamento não é do Incra ou dos sem-terra, mas de terras privadas. “Não acho que ecologia e reforma agrária sejam contraditórias”,

afirmou Minc.

O relatório não foi o primeiro alerta sobre a influência dos assentamentos no desmatamento. Além da indústria madeireira e da agricultura, a atuação desse terceiro grupo foi identificada também por ONGs como o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), reconhecida pelo monitoramento das florestas. No ano passado, a entidade divulgou que os pequenos assentamentos rurais foram responsáveis pela devastação de 106 mil km² de mata nas últimas três décadas, notadamente em Rondônia, Mato Grosso e Pará.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o próximo passo é uma ação conjunta com o Ministério Público Federal (MPF) e a Advocacia Geral da União (AGU) para processar os cem maiores desmatadores.

Apesar de ser a principal fonte (75%) de emissões de gases res-

ponsáveis pelo efeito estufa no Brasil, o desmatamento não teve prazos ou metas quantitativas de redução definidas pelo Plano Nacional de Mudança Climática, lançado em 25 de setembro. O documento apenas se refere a uma “redução sustentada das taxas de desmatamento até que se atinja o desmatamento ilegal zero”.

– São desmatamentos pequenos, de 20 ou 30 hectares por pessoa. Um pequeno desmata pouco, mas milhares desmatam muito. Por isso temos que melhorar, assim como temos que melhorar os índices de desmatamento em unidades de conservação e em terras indígenas – declarou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Cassel e o presidente do Incra, Rolf Hackbart, questionaram a inclusão dos assentamentos. O primeiro disse que há “erros crassos” no relatório. Segundo eles, além de as imagens usadas pelo Ibama serem antigas, alguns assentamentos foram criados quando a legislação ainda permitia derrubar até 50% de mata (hoje o limite é de 20%).

Devastação cresceu 133% em agosto, revelam satélites

De acordo com o mais recente relatório do Sistema de Detecção em Tempo Real (Deter) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento na Amazônia em agosto foi 133% maior que em julho. Os alertas, obtidos por fotos de satélites, registraram 756km² de novas áreas desmatadas, contra 323km² em julho.

O crescimento foi ainda maior (228%) se comparado a agosto de 2007, quando o Inpe registrou 230km². Os cálculos do

Deter levam em consideração as áreas que sofreram corte raso (desmatamento completo) e as que estão em degradação progressiva.

Os técnicos responsáveis pelo relatório destacam que a grande concentração de nuvens sobre os estados da Amazônia Legal no período da pesquisa impediu que fossem “monitorados adequadamente” 26% da área, principalmente no Amapá e em Roraima. Pelo terceiro mês consecutivo, o Pará foi indicado

como o estado com maior devastação (435,27km², ou 57% do total), seguido de Mato Grosso e Rondônia.

A taxa anual de desmatamento, medida pelo Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes), deve ser divulgada até o fim do ano. O número reflete os novos desmatamentos verificados pelo Deter entre agosto de 2007 e julho de 2008. No período, o desmate chegou a 8,1 mil km², 64% maior que nos 12 meses anteriores.

Incra ocupa topo do relatório

O polêmico *ranking* dos cem maiores desmatadores da Amazônia, divulgado em 29 de setembro pelo Ministério do Meio Ambiente, colocava nas seis primeiras posições assentamentos de sem-terra implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), todos no estado de Mato Grosso. O somatório das áreas derrubadas, de acordo com o relatório, atingia 220 mil hectares de floresta, equivalentes a 200 mil campos de futebol.

Na relação das propriedades particulares surgia, em primeiro lugar, o nome de Léo Andrade Gomes, responsável, segundo o Ibama, pela destruição ilegal de 12,5 mil hectares de mata nativa no município de Santa Maria das

Barreiras (PA). Outra propriedade de Gomes também figura na lista, por ter eliminado 2,6 mil hectares da reserva legal de floresta em Santana do Araguaia (PA).

Mato Grosso (50) e Pará (37) reúnem a esmagadora maioria dos cem nomes que constam do *ranking* do Ibama, cuja forma de divulgação foi criticada pela ex-ministra Marina Silva e pelas autoridades federais ligadas à reforma agrária. Na visão dos críticos, ao enfatizar o desmatamento registrado nos assentamentos, o ministério deixou de realçar que, na verdade, 88% da destruição seriam atribuídos a particulares, não a terras sob propriedade federal, caso das áreas onde são implementadas ações de reforma agrária.



Marina lamenta “pirotecnicidade” na divulgação de relatório, pois, para ela, polêmica não ajuda na aplicação de medidas eficazes para redução do problema

Ministro defende licenciamento eficaz e assentamento sustentável

Após anunciar que o Ibama iria analisar os questionamentos do Incra sobre o relatório e tentar colocar panos quentes no atrito criado com a área de reforma agrária, o ministro Carlos Minc defendeu a criação dos assentamentos com sustentabilidade ambiental. Segundo ele, hoje os assentamentos precisam de licenciamento nos estados para conseguir crédito, mas os governos nem sempre estão capacitados para isso.

Para alterar o quadro, os dois ministérios (Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário) e seus órgãos vinculados (Ibama e Incra) têm promovido treinamentos para tornar mais ágil a emissão da licença ambiental para assentamentos.

Como solução para recuperar áreas já degradadas, Minc defende “projetos agressivos” de reflorestamento. “A partir de 2015, vamos estar plantando mais que derrubando”, anunciou, durante lançamento do Plano Nacional de Mudança Climática, no final do mês passado. A meta é chegar a 11 milhões de hectares de florestas plantadas no Brasil até 2015, o dobro da área atual.

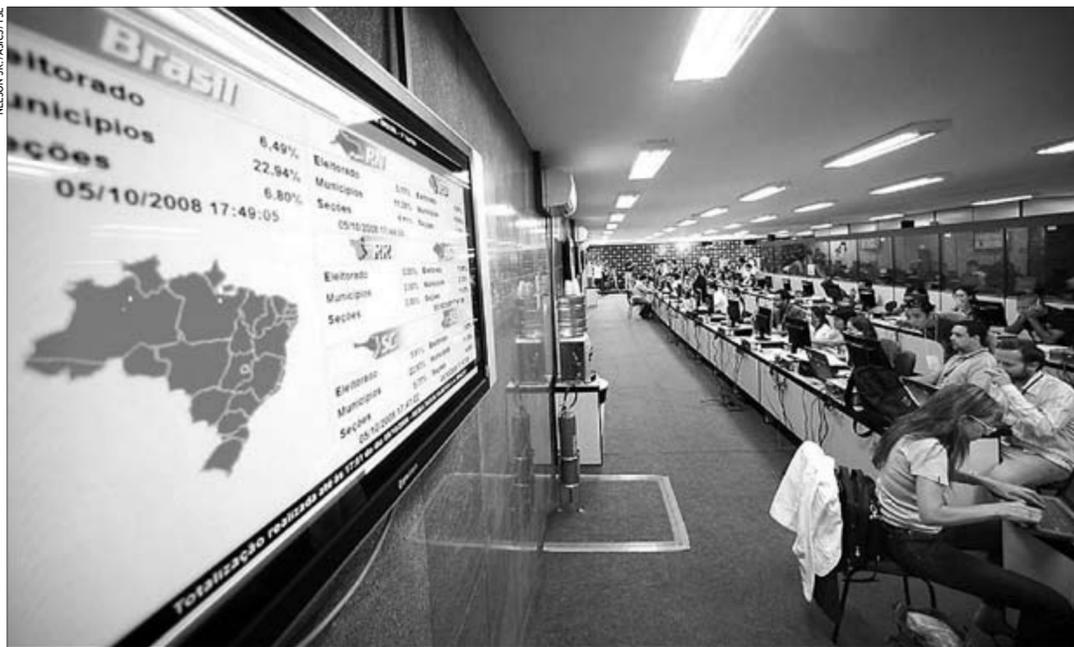
A senadora Marina Silva (PT-AC) preferiu não comentar o

assunto com o **Jornal do Senado**. Mas em entrevista ao jornal *O Globo* criticou seu sucessor pela “pirotecnicidade” com que divulgou o relatório do Ibama, que estava sendo preparada há meses.

– A lista era um processo que tinha que ser instruído, para produzir provas, fazer perícia para ser eficaz. Ficar só no anúncio... O que vai fazer a diferença é a resolução do Banco Central [restringindo crédito aos desmatadores] e também a criminalização da cadeia produtiva do desmatamento – afirmou Marina.

Ela também afirmou que a presença dos assentamentos do Incra na lista não era novidade, citando estudo do Tribunal de Contas da União dando conta de que os assentamentos do Incra eram responsáveis por 18% do desmatamento em 2007.

– Na época, foi dito que 80% são responsabilidade dos grandes e médios [agricultores]. O que eu lamento é que, num momento dramático, em que o desmatamento aumentou 133%, fica essa cortina de fumaça, discutindo se os culpados são os pequenos ou os grandes, quando se tem que ter medidas estruturantes para todos – disse a senadora.



Central de apuração no Tribunal Superior Eleitoral, no primeiro turno: índice de reeleição neste ano superou com folgas os registrados nos pleitos de 2000 e 2004

Sensação de bem-estar definiu escolha de eleitor

Avaliação de cientistas políticos é que reeleição de quase 70% dos prefeitos teve como principal causa a boa situação vivida pelo país, e não o apoio de um ou outro líder político ou programa social

A reeleição de quase 70% dos atuais prefeitos que concorreram deu o tom das eleições de 5 de outubro passado, na análise de cientistas políticos. Os números, superiores aos das eleições de 2000 e 2004, primeiras com a reeleição, demonstram que a população procurou evitar mudanças que ameaçam a melhoria da qualidade de vida dos últimos anos.

Esse sentimento, segundo os especialistas Paulo Kramer e David Fleischer, parece ter sido mais decisivo que o apoio do presidente Lula ou outros políticos de projeção nacional a candidatos e a concessão de benefícios governamentais, como o Bolsa Família, por exemplo.

Kramer acredita que o eleitor se mostrou mais independente, diferenciando os níveis de administração federal, estadual e municipal. – Se alguém achava que a avaliação positiva de Lula influiria para mudar voto consolidado das pessoas, se enganou. O dogma de que Lula elege até poste foi jogado no lixo. Isso evidencia que, desde o começo, foi feita uma avaliação errada – afirma.

Para ele, a sensação de bem-estar presente na população, e que também se traduz nos níveis de aprovação do governo federal e de Lula, influenciou a reeleição de prefeitos.

– Esse fator (*feel good factor*, em inglês) favoreceu a situação, pois o eleitor está avaliando bem quem está no poder, independentemente

do nível de administração – analisou Paulo Kramer.

Fleischer também destaca que as pesquisas não foram capazes de prever alguns resultados, especialmente nas cidades maiores. O desempenho de alguns candidatos, afirmou, não foi detectado em algumas pesquisas na reta final de campanha, como Leonardo Quintão (PMDB), em Belo Horizonte; Gilberto Kassab (DEM), em São Paulo; e Fernando Gabeira (PV), no Rio de Janeiro.

Para especialista, PMDB é destaque e PT cresceu, mas menos que o esperado

“Fiel da balança da política nacional.” Assim Paulo Kramer define o PMDB depois das eleições municipais. “Todo mundo quer noivar com o PMDB”, brinca David Fleischer, em referência ao partido que esteve na base de apoio dos governos do petista Lula e do tucano Fernando Henrique Cardoso.

As declarações têm como base os números que saíram das urnas. O PMDB é o único grande partido que registrou aumento nos três quesitos: número de prefeitos eleitos, número de votos e proporção do eleitorado conquistado em 5 de outubro (*veja os gráficos*). Mais que isso, o partido lidera as três estatísticas e ainda disputa o segundo turno no Rio de Janeiro,

Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, quatro dos cinco maiores colégios eleitorais.

Já o PT, apesar de não ter crescido tanto quanto havia projetado, foi o que manteve o maior percentual de prefeiturais (56%), o que ganhou mais capitais no primeiro turno (seis) e o que está em mais disputas no segundo (15 de um total de 29), além de estar entre os partidos que mais conquistaram novas prefeituras (33%).

David Fleischer afirma que esperava um crescimento maior do PT por conta do Bolsa Família. Ainda que tenha elevado o número de prefeituras sob o seu comando, praticamente não aumentou sua votação, se comparada a 2004.

Cientistas políticos analisam situação dos partidos de oposição

Kramer e Fleischer também interpretam que, na briga interna pela hegemonia no PSDB, o governador de São Paulo, José Serra, teve mais a comemorar que o de Minas Gerais, Aécio Neves. Ambos são citados como possíveis candidatos a presidente em 2010.

Essa vantagem, dizem os especialistas, ainda pode aumentar caso Gilberto Kassab (DEM), apoiado por Serra, vencer Marta Suplicy (PT) em São Paulo e Márcio Lacerda (PSB), apoiado por Aécio, perder para Leonardo Quintão (PMDB) em Belo Horizonte.

Outro fator observado pelos cientistas políticos foi o desempenho tucano no interior de São Paulo, melhor que no interior de

Minas Gerais.

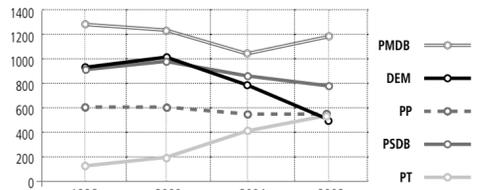
– Pensava-se que as máquinas de governo e prefeitura elegeriam Márcio Lacerda logo no primeiro turno em BH. Enquanto isso, em São Paulo, Kassab, vice-prefeito de Serra, apoiado pelo governador contra o candidato de seu partido [Geraldo Alckmin], venceu o primeiro turno – observa Kramer.

A diminuição da votação do DEM também foi notada. – O DEM deu uma derretida. Elegeu pouca gente nas cidades com mais de 200 mil eleitores e diminuiu bastante a votação e o número de prefeitos eleitos. Em 2000, o PFL, antecessor do DEM, esbarrou em mil prefeituras – assinala Fleischer.

O vaivém dos votos

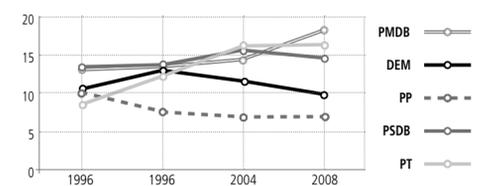
O PMDB manteve-se com o maior número de prefeituras, recuperando parte da perda registrada até 2004. O PT manteve sua trajetória ascendente, e o PSDB, descendente. Já o DEM perdeu mais da metade das prefeituras que tinha em 2000

Prefeitos eleitos por partido



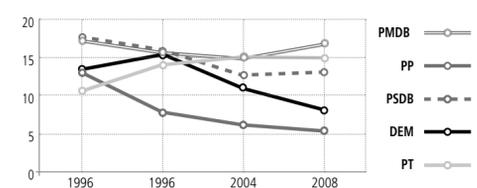
	1996	2000	2004	2008
PCdoB	0	1	10	40
PDT	434	288	306	343
DEM (*)	935	1.026	789	498
PMDB	1.306	1.256	1.059	1.196
PP (*)	619	618	551	551
PPS	32	166	308	131
PR (*)	224	234	382	383
PSB	150	133	175	309
PSDB	926	989	870	782
PT	114	187	411	551
PTB	384	398	421	414
PV	13	13	56	76

Total de votos por partido (em milhões)



	1996	2000	2004	2008
PC do B	191176	382.827	889.065	1.763.877
PDT	6.925.698	5.611.494	5.489.561	5.962.990
DEM	10.134.865	12.967.013	11.244.084	9.318.758
PMDB	12.761.253	13.246.275	14.194.982	18.434.606
PP	9.777.000	6.812.860	6.116.120	6.102.912
PPS	476.072	3.506.631	4.954.140	2.816.766
PR	1.981.832	2.541.899	5.033.104	4.282.804
PSB	2.817.364	3.858.799	4.468.498	5.685.979
PSDB	13.083.915	13.503.400	15.680.454	14.471.500
PT	7.909.121	11.938.803	16.171.748	16.505.866
PTB	4.361.361	5.803.558	5.249.021	5.055.353
PV	242.287	644.638	13.601.09	2.951.074

% de votos válidos por partido



	1996	2000	2004	2008
PC do B	0,26	0,45	1,06	1,60
PDT	9,35	6,64	6,17	5,42
DEM	13,68	15,35	11,16	8,47
PMDB	17,22	15,68	14,93	16,75
PP	13,20	8,07	6,40	5,54
PPS	0,64	4,15	7,91	2,56
PR	2,68	3,01	5,81	3,89
PSB	3,80	4,57	6,32	5,17
PSDB	17,66	15,99	12,69	13,15
PT	10,67	14,14	15,17	15,00
PTB	5,89	6,87	6,52	4,59
PV	0,33	0,76	1,08	2,68

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). (*) DEM, PP e PR sucederam PFL, PPB e PL

Economia pode interferir na eleição presidencial

A crise econômica internacional pode se tornar o principal fator eleitoral no Brasil nas eleições de 2010. Esse cenário seria muito diferente do que vinha se desenhando até o início do semestre, com a economia vigorosa, a que colocava Lula e seu governo como principais fiadores de um candidato a presidente com possibilidades de sucesso nas urnas.

A opinião é dos cientistas políticos Paulo Kramer e David Fleischer. – A grande indagação é o que acontecerá se o PIB crescer menos de 3% em 2009. Em caso afirmativo, a aprovação de Lula vai despencar. E se isso continuar em 2010 ele não vai ser o grande eleitor que todos pensavam que seria. A eleição, sem dúvida, passa por essa pergunta: qual será o cenário econômico de 2009 e 2010? – afirmou Fleischer.

Kramer entende que a popularidade do presidente e do governo, que bateu os níveis mais altos nas últimas sondagens dos institutos de opinião pública, se apóia na Bolsa Família, no crédito em expansão, especialmente por meio dos consignados, e em outras iniciativas sociais como o Programa Universidade para Todos (ProUni), que já beneficiou mais de 300 mil estudantes desde 1994. – O crédito já está sendo abalado com a crise. Tanto que o presidente já deu ordem para que não falte crédito para as famílias no Natal. O eleitor é racional, ele não ama Lula de graça. Ele aprova o presidente porque está se sentindo bem. Se a fonte das bondades seca, a popularidade do presidente se fragiliza, alterando o quadro para 2010 – analisa Paulo Kramer.

David Fleischer imagina que a proposta de um terceiro mandato para Lula ganhe adeptos, especialmente no PT, no ano que vem. Ele, porém, não vê chance de a ideia passar no Senado, mas levanta a possibilidade de a proposta ser apresentada à população por meio de um plebiscito, o que só precisa da maioria absoluta de cada Casa do Congresso para ser aprovada. Por conta da resistência do Senado, Kramer ainda não vê viabilidade política de um terceiro mandato.

– Desde que a oposição derrotou a CPMF no Senado, não acredito que o governo consiga passar a proposta. Ainda mais por se tratar de uma regra eleitoral, que tem um custo político imenso para ser aprovada. O PT, com medo de perder os cargos no governo, pode querer arcar com esse custo, mas o presidente talvez não – avalia o cientista da UnB.

EDUARDO AZEREDO

Ao analisar o resultado do pleito de 5 de outubro, o senador mineiro do PSDB elogiou o sistema eleitoral brasileiro, a utilização das urnas eletrônicas e o trabalho do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que começou a implantar o sistema de voto eletrônico em 1996, hoje universalizado nos mais de 5 mil municípios brasileiros. – O sistema é seguro, sim, e garante o sigilo do sufrágio – destacou Azeredo.

ROMERO JUCÁ

Ao comemorar as “vitórias importantes” de seu partido, o representante do PMDB de Roraima destacou a reeleição do prefeito Iradilson Sampaio na capital, Boa Vista, com mais de 54% dos votos válidos. “Ganhamos também em metade dos municípios do interior”, disse Jucá, registrando que, a partir de 1º de janeiro, o partido comandará 80% do eleitorado roraimense. “O PMDB constrói um projeto político para o país”, assinalou.

ROMEIRO TUMA

O parlamentar do PTB paulista sugeriu estudos para atualizar a lei eleitoral e permitir que os votos conferidos aos partidos de uma coligação possam beneficiar todos os candidatos em disputa e não apenas os da legenda com maior capacidade de divulgação no pleito. Para ele, o critério de voto na legenda traz enormes prejuízos aos candidatos que não são dos partidos que lançam as cabeças de chapa ao Executivo.

PAULO PAIM

O representante do PT do Rio Grande do Sul afirmou que o balanço das eleições para seu partido foi positivo. Entre prefeituras conquistadas por candidatos do PT ou em chapas em que participou com vices, estará presente no governo de 121 municípios, de um total de 496. O PT gaúcho também obteve resultado expressivo na região do Vale dos Sinos, onde teve início a carreira política do parlamentar.

MESQUITA JÚNIOR

A contratação de cabos eleitorais remunerados, “uma deformação do processo eleitoral e político”, deve ser proibida, defendeu o senador do PMDB pelo Acre. Ele disse ser aceitável a contratação de funcionários para trabalhar em serviços burocráticos da campanha, mas a contratação de cabos eleitorais é “uma compra de votos disfarçada”, praga que estaria acometendo os “debilitados partidos brasileiros”.

Fechadas as urnas, senadores reabrem discussão sobre a reforma política

Senadores de quase todos os partidos ocuparam a tribuna na semana passada para comentar o resultado das eleições municipais. Vários disseram que agora é hora de o Congresso se dedicar à análise e votação da reforma política, a fim de fortalecer os partidos.

Renan Calheiros (PMDB-AL) sustentou que seu partido “é um grande patrimônio da sociedade brasileira”. Ele lembrou que, há anos, a maior parte dos municípios brasileiros é governada pela legenda, que elegeu cerca de 1.200 prefeitos – número que pode aumentar com as votações de segundo turno em 29 cidades com mais de 200 mil eleitores.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), disse que, mais uma vez, o PT aumentou o número de municípios que administrará – está passando de pouco mais de 400 para mais de 500.

Na avaliação da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), as urnas mostraram que houve crescimento do PT, com mais de 16 milhões de votos, ficando atrás apenas do PMDB.

Serys destacou ainda o crescimento do número de mulheres eleitas em todo o país, independentemente da coloração partidária. Ela disse que somente em Mato Grosso foram eleitas oito prefeitas.

Senadores do PT, Aloizio Mercadante (SP) e Tião Viana (AC) sustentaram que a performance dos candidatos dos partidos da base do governo nessas eleições é fruto dos bons resultados da política econômica e social do governo Lula.

Alvaro Dias (PSDB-PR), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Heráclito Fortes (DEM-PI) criticaram a falta de limites para pesquisas eleitorais feitas “sob encomenda”, com a finalidade de beneficiar alguns candidatos.

Alvaro apontou que a legislação não evita a manipulação de dados de pesquisas, lembrando que os eleitores tendem a votar nos candidatos com maior chance de vitória. Heráclito Fortes disse que, no seu estado, existiu



Ideli Salvatti comemorou desempenho do PT, que passará a administrar mais de 500 prefeituras em todo o país

nessas eleições o que chamou de “indústria das pesquisas”.

O resultado das eleições para prefeito e vereador, observou Alvaro Dias, depende de situações locais e, assim, os números não podem ser usados para indicar vitória ou derrota do governo ou das oposições. Ele lamentou que os partidos não baseiem mais sua atuação e coligações no conteúdo de seus programas, mas em interesses locais.

– A fidelidade partidária acabou. Hoje é possível apoiar candidatos de qualquer partido – lamentou, em aparte, Romeu Tuma (PTB-SP), que também criticou as campanhas baseadas em marketing e não em compromissos.

Renan Calheiros defendeu uma reforma político-partidária. Segundo o parlamentar alagoano, ao mudar as regras de funcionamento dos partidos e do sistema eleitoral, o Legislativo estaria respondendo à cobrança de aperfeiçoamento das insti-



Alvaro avalia que fidelidade partidária foi sepultada no pleito municipal deste ano

tuições políticas que hoje faz a sociedade brasileira.

Os principais pontos de suas propostas são: fidelidade partidária, lista fechada de candidatos, financiamento público de campanhas, inelegibilidade, fim das coligações proporcionais e cláusula de barreira.

O parlamentar disse acreditar que a reforma poderia ser facilmente compatibilizada com as demais votações a cargo das duas Casas do Parlamento. Assinalou, entretanto, que isso só será possível com empenho não só dos senadores e deputados, mas igualmente do Executivo e do Judiciário.

No mesmo tom, Renato Casagrande (PSB-ES) pediu a aprovação de uma reforma política e apontou a existência de desvios no sistema partidário que, muitas vezes, levam os eleitos a não representarem a vontade da população.

Casagrande criticou a presença do poder financeiro nas campanhas e afirmou serem necessárias alterações no sistema de financiamento. O senador capixaba também demonstrou insatisfação com a atuação dos institutos de pesquisa e sugeriu que os resultados das coletas não sejam mais divulgados no período de 15 dias antes das eleições “para que os eleitores não sejam induzidos”.

Diante do que chamou de “sentenças desencontradas” da Justiça Eleitoral para temas semelhantes, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) sugeriu que, em vez de discutir e deliberar sobre o projeto do governo, o Congresso Nacional deveria elaborar sua própria proposta de reforma política.

– Esta Casa tem a obrigação de oferecer proposta política exequível, e não ficar atrelada aquilo que o Executivo pensa – sugeriu Marisa Serrano, citando como exemplos propostas de senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), sobre o fim das coligações nas eleições proporcionais, e do senador Marco Maciel (DEM-PE) e do ex-senador Sibá Machado tratando da chamada cláusula de barreira partidária.

mercosul

Brasil quer bancada com maior peso no Parlasul

Mercadante diz que, para garantir eleições do Parlamento do Mercosul, critério de representatividade dos países do bloco precisa sair até dezembro

O Brasil só promoverá eleições diretas para o Parlamento do Mercosul (Parlasul) em 2010 se até dezembro de 2008 for aprovado o critério de representatividade que regerá a distribuição dos assentos no órgão legislativo regional entre os países que integram o bloco. A advertência foi feita semana passada pelo presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

– Não teremos condições de promover a eleição direta sem a segurança mínima de que contaremos com uma bancada digna do tamanho do Brasil – disse Mercadante, durante reunião da representação brasileira.

Por sugestão do senador, a representação decidiu enviar ao Plenário do Parlasul, que se reúne nos dias 3 e 4 de novembro, uma carta expressando sua preocupação. O documento irá

sugerir a apresentação do futuro critério de representatividade aos presidentes dos países do Mercosul em dezembro, quando estarão reunidos para uma reunião de cúpula na Bahia.

Hoje, cada um dos quatro membros efetivos do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – conta com uma bancada de 18 parlamentares,

independentemente do tamanho da população de cada país. A definição do número de parlamentares por país deverá anteceder a realização das eleições diretas dos próximos parlamentares. Até o momento, apenas o Paraguai escolheu seus representantes pelas urnas. Os demais foram indicados pelos respectivos congressos nacionais.



Mercadante (E), o presidente do Parlasul, deputado Dr. Rosinha, e Adelmir Santana em reunião da representação brasileira do Parlamento do Mercosul

Projeto de regularização de sacoleiros é aprovado

O projeto que regulamenta a atividade dos sacoleiros na fronteira entre o Brasil e o Paraguai (PLC 27/08) foi aprovado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. A proposta, relatada pelo senador Adelmir Santana (DEM-DF), será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania (CCJ).

A proposta estabelece um regime especial de tributação – o Regime Tributário Unificado – para os comerciantes que realizam importação para o Brasil, por via terrestre, de quantidades reduzidas de mercadorias provenientes do Paraguai. O objetivo é estimular a formalização das ati-

vidades desses comerciantes.

O senador Aloizio Mercadante propôs a criação – logo em seguida aprovada – de uma subcomissão para estudar a situação das áreas de fronteira do país. A subcomissão será presidida por Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e relatada pelo deputado Celso Russomanno (PP-SP).



Delcídio Amaral (D) defende reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica em seminário com consultores legislativos

Leis da aviação precisam ser atualizadas, diz Delcídio

Durante o seminário Marco Regulatório da Aviação Civil: Elementos para a Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, promovido na semana passada pelo Centro de Estudos da Consultoria Legislativa do Senado Federal, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu a necessidade de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86), o atual marco regulatório da aviação civil.

De acordo com o senador, o Código Brasileiro de Aeronáutica é o pano de fundo de um cenário no qual existem vários problemas. Delcídio citou questões que precisam ser abordadas e resolvidas para deixarem de ser impasses do setor: definição do papel da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) e qualificação dos quadros dessa agência; transição do comando da aviação civil de militares para civis; atualização tecnológica dos equipamentos de controle de espaço aéreo; promoção da qualificação, proficiência

em inglês e melhora na remuneração dos controladores de voo; e investimentos na infra-estrutura aeroportuária e aeronáutica.

Infra-estrutura não acompanhou demanda

O consultor legislativo do Senado Victor Carvalho Pinto observou que a infra-estrutura aeroportuária e aeronáutica não acompanhou o aumento da demanda pelos serviços do setor, ocorrido como consequência do crescimento econômico do país.

Ao lembrar que o marco regulatório do setor está defasado, Victor Pinto afirmou que sua reforma é importante para “aumentar a segurança jurídica dos agentes econômicos e viabilizar o aporte de recursos privados na expansão da infra-estrutura aeroportuária”.

O presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Estratégicos e de Políticas Públicas em Transporte Aéreo, Respício do Espírito Santo Júnior, também participou dos debates.

projetos aprovados

De 6 a 10 de setembro

➔ PLS 142/05, sugerido pela CPI Mista do Desmanche. Cria regras sobre a regularização de veículo não recuperado após roubo ou desmonte. O texto altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) e foi relatado pelo senador Adelmir Santana (DEM-DF). Vai à sanção.

➔ PLC 12/07, da Câmara dos Deputados, cria o Dia Nacional dos Surdos, a ser comemorado em 26 de setembro. Na data, em 1857, foi inaugurada a primeira escola para surdos do país, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), no Rio de Janeiro. Vai à sanção.

➔ PLC 28/07, da Câmara, estabelece 29 de agosto como o Dia Nacional do Vaqueiro. Segundo o autor do projeto, deputado Nazareno Fonteles (PT-PI), foi nessa data que, em 1944, ocorreu a primeira passeata de vaqueiros do Brasil, em União, no Piauí. Vai à sanção.

➔ PLC 129/08, da Câmara, regulamenta a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal, que funcionará no Superior Tribunal de Justiça (STJ), com atuação em todo o país. Ao conselho, caberá a supervisão

orçamentária e administrativa da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correccionais, e suas decisões terão caráter vinculante. Vai à sanção.

➔ PLS 26/00, do então senador Paulo Hartung (PMDB-ES), que determina o comparecimento do presidente do Banco Central, trimestralmente, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para relatar a execução da programação monetária no trimestre em curso e para apresentar a programação monetária trimestral. Retorna à Câmara.

➔ PLC 12/00, da Câmara, autoriza o Poder Executivo a criar um programa nacional de habitação para beneficiar mulheres responsáveis pelo sustento de suas famílias. O programa deverá operar dentro dos sistemas de financiamento habitacional do governo federal e irá obedecer a critérios como cota mínima de atendimento a mulheres com renda familiar mensal de até três salários mínimos e com filhos de até 14 anos, além de prioridade a famílias residentes em áreas de risco. Retorna à Câmara.

➔ PLC 120/07, da Câmara, amplia de um para dois anos o prazo para renovação das certificações de boas práticas de alguns produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária. Retorna à Câmara.

➔ PLC 25/05, da Câmara, regulamenta a profissão de musicoterapeuta, definido como o profissional que utiliza a música e seus elementos para prevenir, restaurar ou reabilitar a saúde física, mental e psíquica das pessoas. Vai à sanção.

➔ Mensagens presidenciais com indicação de autoridades. Dirceu Brás Aparecido Barbo (MSF 175/08) foi aprovado para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). César Costa Alves de Mattos (MSF 172/08), para integrar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Eliseu Martins (MSF 181/08) foi indicado para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O nome de Ana Cândida Peres (MSF 178/08) foi aprovado para o cargo de embaixadora do Brasil na Nigéria. E Luiz Felipe de Seixas Corrêa (MSF 179/08) para embaixador na Cidade do Vaticano.

➔ Projeto de Resolução do Senado 31/07, do senador Tião Viana (PT-AC), que cria o Prêmio Senado Federal de História do Brasil, para os três melhores trabalhos sobre os aspectos políticos da história brasileira, a serem escolhidos por historiadores reconhecidos e indicados por entidades representativas.

➔ Mensagens do Senado autorizando empréstimos. Autoriza o estado do Tocantins a contratar um empréstimo de US\$ 175,4 milhões junto ao Mediocredito Centrale, com garantia da União, para o financiamento do projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento, com construção de pontes e pavimentação de estradas. A outra mensagem autoriza o município de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, a obter empréstimo de US\$ 6,83 milhões junto ao Bird, também com garantia da União, para financiar o Programa Uruguaiana Vencerá, para melhorar a qualidade de vida da população.

➔ Projetos de decreto legislativo. Foram quatro, com as programações monetárias para o quarto trimestre e o ano de 2007; o primeiro trimestre de 2008; o segundo trimestre de 2008 e o terceiro trimestre de 2008.

decisões

CCJ aprova lista negra de fornecedores

Projeto estabelece que União manterá cadastro de pessoas e empresas impedidas de participar de licitações públicas e contratos

A instituição de cadastro nacional dos fornecedores temporariamente proibidos de participar de licitações e contratar com a administração pública direta e indireta em todo o país está prevista em proposta aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 500/07), de Garibaldi Alves (PMDB-RN), foi acolhido na forma de substitutivo do relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), e por isso ainda será apreciado em turno suplementar pela CCJ, com decisão terminativa. A matéria já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto estabelece que o cadastro seja informatizado, acessível pela internet e obrigatoriamente consultado por órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Seriam feitos convênios entre União, estados, Distrito Federal e municípios, com o fim de integrar as listas e formar o cadastro unifi-

cado com os dados das empresas e pessoas físicas que receberem sanções por descumprimento contratual, em qualquer dos entes da Federação.

ACM Júnior salientou o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) – é federal e restringe-se ao âmbito do Executivo. “E não previne o ingresso em licitação de pessoa impedida por decisão da administração estadual, distrital ou municipal”, disse. O Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), com os fornecedores habilitados mediante inscrição realizada por cada uma das unidades federadas, também se restringe ao Executivo, salientou.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o PLS 500/07 e o projeto do governo (PLC 32/07) prevendo a criação de cadastro nacional positivo de habilitação, que aguarda inclusão em ordem do dia do Plenário, não se excluem mutuamente.



Maciel (E) e Cafeteira em reunião da CCJ que acatou proposta para retirar entrave à captação de recursos por instituições



Comissão de Justiça acolhe projeto sobre aposentadoria voluntária para servidor com Síndrome da Talidomida

MUDANÇA FAVORECE ASSOCIAÇÕES

A expressão “fins não econômicos”, referindo-se à formação de associações, conforme determina o artigo 53 do Código Civil, será substituída por “fins não lucrativos”. É o que estabelece proposta de Papaléo Paes (PSDB-AP), aprovada pela CCJ em decisão terminativa. Ao defender o projeto (PLS 336/07), o senador disse que a expressão “fins não econômicos” pode vir a ser um entrave para a atuação de associações no tocante à captação de recursos. Papaléo lembrou ser usual que, para se sustentarem, as associações comercializem brindes, camisetas e outros produtos.

Projeto beneficia servidor público com Síndrome da Talidomida

Servidores públicos portadores da deficiência física conhecida como Síndrome da Talidomida poderão se aposentar voluntariamente, sem a necessidade de atender ao requisito de idade mínima, após 20 anos de contribuição, desde que tenham cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo.

É o que determina projeto de lei complementar (PLS 8/06) de Marco Maciel (DEM-PE), que recebeu parecer favorável de Eduardo Suplicy (PT-SP) na CCJ. A matéria vai agora à

votação em Plenário.

De acordo com a proposta, o benefício será concedido sem prejuízo da concessão dos demais benefícios a que fazem jus os portadores da Síndrome da Talidomida.

Atualmente, a idade mínima para que o servidor possa requerer a aposentadoria é de 60 anos, com 35 de contribuição, para homens; e 55 anos de idade e 30 de contribuição, para mulheres. Valter Pereira (PMDB-MS), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Demostenes Torres (DEM-GO) e Pedro Simon (PMDB-RS) aplaudiram a aprovação do projeto.

Comissão acolhe estágio para policial que estuda Direito

A Comissão de Educação (CE) aprovou projeto de lei do Senado (PLS 210/08) que modifica o estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para permitir que policiais que estudam Direito façam o estágio obrigatório para conclusão do curso. A proposta, do senador licenciado Fernando Collor (PTB-AL), recebeu parecer favorável do relator, Romeu Tuma (PTB-SP), e agora segue para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A legislação, afirmou Tuma, proíbe o estágio para estudantes policiais, por considerar incompatível a atividade policial com o exercício da advocacia.

Ele argumenta que “estudante de Direito não é advogado” e, por isso, não estaria sujeito às mesmas vedações impostas a um profissional formado.

A comissão aprovou ainda dois requerimentos. O primeiro, de Marisa Serrano (PSDB-MS), pede a realização de audiência pública para discutir o projeto que cria o Estatuto dos Museus (PLC 115/08). O segundo, de Cristovam Buarque (PDT-DF), pede informações ao ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre denúncia de que estudantes não-indígenas estão se aproveitando de benefícios destinados a índios pelo Programa Universidade para Todos (ProUni).

Alteração na norma para fixação de penas

Infrações cometidas na adolescência podem passar a ser consideradas como antecedentes pelo juiz no momento de fixação da pena para um réu adulto.

Na semana passada, a CCJ aprovou projeto para dar à Justiça acesso a eventual informação de que, durante a adolescência, o infrator cumpriu medida socioeducativa de internação por ato infracional

correspondente ao crime pelo qual está sendo sentenciado em idade adulta.

A proposta (PLC 82/08) do deputado Márcio França (PSB-SP) – relatada na comissão pelo senador Virgínio de Carvalho (PSC-SE) – acrescenta parágrafo ao artigo 59 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), no qual são estabelecidas as regras que devem nortear o juiz para a fixação da pena.

Para Márcio França, o sigilo estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em relação à aplicação de medidas socioeducativas pela prática de atos infracionais tem o intuito de proteger os adolescentes que não voltem a repetir condutas criminosas ao atingirem a maioria “e não o de acobertar o passado daqueles que continuam a cometer delitos na vida adulta”.

Fundos constitucionais poderão ter mais proteção

Os bancos oficiais regionais deverão assumir pelo menos 50% do risco de crédito decorrente das operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Projeto com esse objetivo foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O projeto de lei complementar (PLS 239/08) do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), relatado por Marco Maciel (DEM-PE), ainda terá de ser analisado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa.

A proposta busca proteger o patrimônio dos fundos constitucionais e combater a inadimplência. Ao assumir pelo menos

50% do risco, os agentes financeiros estaduais passariam a ter maior cuidado na análise e na liberação de cada operação de crédito. Jereissati argumenta que, atualmente, pela Lei 7.827/89 (que instituiu os três fundos constitucionais), esses bancos não precisam assumir qualquer responsabilidade se o tomador do empréstimo não honra seus compromissos.

ÍNDICE DE CORREÇÃO DE CONTAS DO FGTS

Projeto de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que altera a fórmula de correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi aprovado, na semana passada, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta (PLS 193/08) substitui a Taxa Referencial de juros (TR) pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) – apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – e segue para votação na Comissão de Assuntos Econômicos.

DIETÉTICOS DEVEM RECEBER ISENÇÃO

A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alimentos dietéticos foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais. A proposta (PLS 181/08) é de Renato Casagrande (PSB-ES) e foi relatada por João Durval (PDT - BA). Agora, será examinada na Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. O projeto estabelece ainda que, sobre a receita proveniente da venda desses produtos, não incidirão as contribuições para o PIS-Pasep e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

debates

Camata anuncia projeto para mudar divisão de royalties

Modelos para exploração das jazidas de petróleo na região do pré-sal recém-descoberta dividem especialistas em debate realizado pela CCT

Na audiência pública sobre produção de petróleo na camada pré-sal, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) anunciou que apresentará projeto para tornar mais flexível a atual Lei do Petróleo, em vigor desde 1997. Ele quer passar às mãos do presidente da República a atribuição de definir os percentuais de royalties e de participações especiais nos campos que vierem a ser licitados.

– Hoje o petróleo vale oito vezes mais do que na época da aprovação da lei atual – argumentou Camata, após o debate na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O secretário de Energia e As-

suntos Internacionais do Rio Grande do Norte, Jean-Paul Terra Prates, explicou, na audiência, as diferenças entre o atual modelo de concessão, em que o investidor paga royalties ao Estado, e o de partilha, em que o próprio óleo é dividido entre uma empresa exploradora e uma empresa estatal, deduzida a parcela necessária à cobertura do investimento na produção.

Na opinião de Prates, hoje o modelo de concessão é o mais adequado, por permitir maior flexibilidade dos critérios para a exploração de novos poços. Ele defendeu o debate, pelo Congresso, de um projeto, semelhante ao imaginado por Camata, que autorize a mudança da faixa de

royalties – que está entre 5% e 10% – para um intervalo mais amplo, entre 0% e 25%. O teto mais alto permitiria maior retorno ao Estado sobre poços de grande potencial de produção.

A definição do novo tipo ainda não é objeto de consenso. O geólogo João Victor Campos, representante da Associação dos Engenheiros da Petrobras, sugeriu que os blocos ainda não concedidos sejam repassados somente à Petrobras. Por sua vez, o presidente da Marítima Petróleo e Engenharia, German Efromovich, disse que não seria necessária a criação de uma nova empresa estatal para “fazer o que a Petrobras vem fazendo”.

Por sua vez, o superintendente

de Tecnologia da Organização Nacional da Indústria do Petróleo, Aloísio Nóbrega, observou que existem desafios tecnológicos e financeiros e elogiou a decisão de se começar a exploração do pré-sal no Espírito Santo, onde os campos estão mais próximos da costa do que na Bacia de Santos.

O gerente-executivo do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras, Carlos Tadeu da Costa Fraga, informou que os testes no campo de Tupi, na Bacia de Santos, estão previstos para março de 2009. Em dezembro de 2010, teria início a chamada produção-piloto. E, a partir de 2017, a produção proveniente da camada pré-sal já alcançaria 1 milhão de barris diários.



Gim Argelo (E) conduz audiência pública em que Carlos Fraga, da Petrobras, diz que testes no campo de Tupi estão previstos para março de 2009

MARCIA KALLINE



LEOPOLDO SILVA

A senadora Marisa Serrano (ao centro) entende que regra contra trabalho infantil deve servir tanto para atividades artísticas como para tarefas penosas

Regulamentar trabalho de atores e modelos mirins exigiria PEC

A regulamentação do trabalho de atores mirins foi tema de audiência pública da Comissão de Educação (CE), que debateu o projeto do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que determina idade mínima para atores, modelos e atletas. A proposta (PLS 83/06) foi criticada por especialistas, e a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) destacou que a regulamentação precisaria ser feita por emenda constitucional, uma vez que a proibição do trabalho de menores de 16 anos está prevista na Constituição.

O projeto de Raupp prevê que “é vedado o trabalho como ator, modelo e similares, em cinema, teatro, televisão, anúncios publicitários, de pessoa maior de 14 e menor de 18 anos de idade, sem autorização expressa do detentor do poder familiar”. E também estabelece que “os menores de

14 anos poderão atuar, se judicialmente autorizados”.

Para Marisa Serrano, o que está em discussão é a necessidade ou não de proibição do trabalho infantil em geral.

– Dizem que o trabalho artístico é mais light, mais simples, mas não é. É trabalho da mesma forma. Quando fizermos a legislação não haverá distinção, será para todo mundo – afirmou Marisa Serrano.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) acha difícil proibir o trabalho de crianças e adolescentes na área artística, mas é imprescindível reconhecer que é preciso haver proteção para eles. Já Virgínio de Carvalho (PSC-SE) reconheceu que o tema é polêmico e lembrou que “muitos jovens usam drogas por falta de ocupação”, porém encontrar formas de ocupá-los também é difícil.

Juristas sugerem juiz de garantias no Processo Penal

Os juristas da comissão externa criada para elaborar o anteprojeto do Código de Processo Penal (CPP) discutiram a instituição da figura do juiz de garantias, que participaria da fase de investigações dos processos. O consultor legislativo do Senado Fabiano Martins Silveira, integrante da comissão, disse que este membro do Poder Judiciário não seria responsável pela causa e, portanto, pela sentença.

De acordo com o atual CPP, o inquérito é distribuído para o juiz da causa. Assim, este, que acompanhou o inquérito, também oferecerá a decisão, explicou Silveira. Na opinião do consultor, a figura do juiz de garantias contribui para dar maior imparcialidade ao juiz da causa, uma vez que este deixaria de participar da investigação.

– O de garantias atuaria numa fase pré-processual e o juiz da causa examinaria tudo o que foi produzido, mas com um olhar distante, como observador crítico, e não como alguém que participou da investigação – salientou.

Quanto ao inquérito, a opinião dos juristas é que ele é uma espécie da investigação

criminal e, por isso, não merece discussões aprofundadas. A comissão concluiu que há a necessidade de disposições gerais aplicáveis a todo procedimento investigatório.

Os membros da comissão defendem a intervenção na “linha ascendente” de utilização de prisão provisória, frisou Silveira, com a apresentação de alternativas aos magistrados. Os juristas pretendem limitar o prazo e as circunstâncias em que o instrumento pode ser utilizado. Algumas propostas determinam que a prisão preventiva não poderá ser aplicada a crimes com pena inferior a quatro anos, desde que praticados sem violência ou grave ameaça. O prazo máximo, sugerido, ficou entre seis meses e um ano.

Silveira explicou que, atualmente, o juiz só dispõe, como medidas cautelares, da prisão preventiva, da fiança ou da liberdade provisória sem fiança mediante comparecimento a todos os atos do processo. A idéia, disse, é oferecer outras possibilidades, como recolhimento domiciliar, suspensão de função pública ou atividade econômica, entre outras.

SEGURO DEFESO

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) para realização de debate com o ministro da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca, Altamir Gregolin, para esclarecer irregularidades no pagamento do seguro defeso – valores pagos aos pescadores por estarem impedidos de pescar durante o período de reprodução dos peixes.

GASTOS COM OLIMPIADAS

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou requerimento do deputado Eduardo da Fonte (PP-PE) para que o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, explique os gastos, nos últimos três anos, de R\$ 654 milhões de verbas federais. Mesmo com todo esse dinheiro, disse o deputado, os resultados das Olimpíadas de Pequim deixaram a desejar.

PLANTADORES DE FUMO

A situação das pequenas empresas fumageiras do país será discutida pelos senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a pedido do senador Paulo Paim (PT-RS). Ele considera que as ações de combate ao fumo devem ser acompanhadas de medidas para integrar os trabalhadores do setor a outras atividades.

PREVENÇÃO

A formulação de política pública permanente de prevenção e tratamento de queimaduras será debatida pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde por sugestão dos senadores Papaléo Paes (PSDB-AP) e Cícero Lucena (PSDB-PB). Entre os convidados para o debate está a Sociedade Brasileira de Queimaduras.

APOSENTADORIAS

Por sugestão do senador Romero Jucá (PMDB-RR), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiu debater com autoridades do governo, em 29 de outubro, o projeto que recompõe o poder aquisitivo das aposentadorias e das pensões pagas pela Previdência Social e pela União. A proposta (PLS 58/03) é do senador Paulo Paim (PT-RS).

POVOS INDÍGENAS

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) promoverá debate sobre a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que vem causando polêmica. A sugestão é de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e de Marisa Serrano (PSDB-MS). Serão convidados, entre outros, os ministros da Justiça, Tarso Genro, e das Relações Exteriores, Celso Amorim.

congresso



José Alencar (D), Chinaglia, Garibaldi e parlamentares na abertura da exposição que fica no Congresso até 2 de novembro

Garibaldi: Constituição tem muitas qualidades

Presidente do Senado abre exposição comemorativa dos 20 anos da promulgação da Constituição federal e destaca importância da Carta de 88

Na abertura da exposição comemorativa dos 20 anos da promulgação da Constituição federal, terça-feira passada, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, afirmou que as qualidades da Carta superam seus defeitos. Em sua opinião, a forma detalhada do texto – um de seus principais defeitos, segundo seus críticos – tornou-se uma qualidade porque obriga ao seu contínuo aperfeiçoamento.

Garibaldi também disse que a Constituição de 1988 assegura aos brasileiros um compromisso com a democracia. O presidente lembrou ainda que a Carta Magna foi elaborada em um momento em que o país saía

de um regime de exceção que durou duas décadas.

– A Constituinte de 1988 deve ser exaltada numa hora como esta. Sobretudo porque foi redigida num ambiente de mais absoluta liberdade, com debate franco e aberto, respeito à pluralidade, com a incomum participação dos cidadãos e, acima de tudo, com a vontade de se escrever na Carta Magna tudo que pudesse configurar uma nação comprometida com a defesa intransigente da liberdade, da justiça social e dos valores da democracia – declarou ele.

A defesa da democracia e dos direitos dos cidadãos também foi lembrada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo

Chinaglia, durante o encerramento do evento. A vontade do povo brasileiro, disse Chinaglia, foi expressa na Carta, principalmente no que se refere ao fim da ditadura militar. Para Chinaglia, a Constituição de 1988 também inovou ao inserir em seu texto capítulos dedicados ao meio ambiente e à saúde.

A exposição apresenta vídeos, imagens impressas e documentos diversos que registram o trabalho da Assembleia Nacional Constituinte – que funcionou de fevereiro de 1987 até à promulgação da Carta, em 5 de outubro de 1988 –, e está aberta à visitação no Salão Negro do Congresso, das 9h30 às 17h, até o dia 2 de novembro.

Senador divulga carta sobre nepotismo

Durante reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Eptácio Cafeteira (PTB-MA) leu carta que deverá endereçar ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, comunicando que não irá demitir uma servidora que é sua parente e que trabalha em cargo comissionado no Senado há

mais de dez anos. Atualmente, a servidora está lotada em seu gabinete.

– Como senador, não nomeei a minha parente e, portanto, não irei demiti-la – resumiu Eptácio Cafeteira.

O senador disse que atendeu o determinação da Presidência

da Casa, com base na Súmula Vinculante de número 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que tem por meta combater o nepotismo em toda a administração pública, demitiu do seu gabinete um sobrinho, já que este havia sido nomeado pelo próprio senador.

presidência

Tião Viana defende extinção de leitos para tratamento psiquiátrico

O 1º vice-presidente do Senado, senador Tião Viana, defendeu a “eliminação dos leitos destinados a tratamento psiquiátrico” durante a abertura do *workshop* Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica, promovido na quinta-feira passada pela Procuradoria Geral da República. Para Tião Viana, a internação hospitalar de pessoas com distúrbios mentais deve ser substituída por um “tratamento digno”, que conte com maior participação da família e da comunidade.

– A sociedade não trata a doença mental como um problema dela, e sim os crimes

que [as pessoas com distúrbios mentais] venham a cometer. E aí cobra das instituições uma resposta. Deveríamos rever esses conceitos. A família não acha que é responsável para lhes dar qualidade de vida. Pensa que o problema passa a ser apenas do sistema de saúde – disse Viana.

Segundo o procurador-geral da República, Antonio Fernando Barros Souza, o debate sobre saúde mental visa discutir esse assunto com especialistas para que o Ministério Público possa oferecer contribuições para a implantação efetiva da reforma psiquiátrica.



Tião Viana (D), ao lado do procurador-geral da República, defende tratamento digno, com participação da família e da comunidade

RELATÓRIO

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu na terça-feira passada o relatório da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em obras públicas que estão em curso no país. O documento, elaborado anualmente por determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), foi entregue a Garibaldi pelo presidente do tribunal, ministro Walton Alencar Rodrigues. O relatório será analisado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). De acordo com informações disponibilizadas pelo site do TCU, o órgão auditou 153 empreendimentos públicos, envolvendo financiamentos da ordem de R\$ 26,3 bilhões. Foram identificadas irregularidades graves em 48 obras.

SEMINÁRIO

O presidente do Senado viajou na quarta-feira passada para Portugal, onde participou de encontro internacional sobre bioenergia e telecomunicações com a participação de 200 empresários brasileiros e portugueses. O evento foi promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide). Os principais temas debatidos foram “Telecomunicação – Fator de Desenvolvimento e Integração Social” e “Bioenergia e a Redução da Poluição Ambiental”. Entre os participantes do evento estavam o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira; os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF), Heráclito Fortes (DEM-PI), José Agripino (DEM-RN) e Romeu Tuma (PTB-SP).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Helival Rios
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Júnior
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes e Sylvio Guedes.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Dia 12, Rádio Senado foi conduzida por crianças

Alunos de uma escola da rede pública de Brasília prepararam 12 horas de programas com assuntos de interesse da infância

O Dia da Criança, comemorado no domingo, 12 de outubro, recebeu uma homenagem especial da Rádio Senado. Onze alunos do Centro de Ensino Fundamental 619, de Samambaia, em Brasília, gravaram a programação especial *Rádio Senado no Dia da Criança*. Foram 12 horas no ar.

Estudantes da terceira, quarta e quinta séries, conheceram a estrutura da emissora e produziram um jornal diferente, com assuntos de interesse da infância. Os jovens também escolheram e apresentaram a programação musical.

Segundo a professora Ana Cecília Fonseca, os estudantes ficaram empolgados com o convite, "porque são poucas as



MAURÍCIO DE SANTI

Estudantes da cidade-satélite de Samambaia apresentam programação especial, que incluiu um jornal e execução de músicas por eles escolhidas

chances de vivenciar atividades fora da sala de aula". Ela disse que a visita deve incentivar o interesse dos meninos pelos estudos.

Gabriel, de 12 anos, deixou uma mensagem para as crian-

ças. "Se elas quiserem ter alguma coisa no futuro, têm que estudar".

Este foi o quarto ano consecutivo em que a Rádio Senado se transforma na "Rádio da Criança".

Novidade no *Conversa de Música*

O já tradicional *Conversa de Música*, no ar na TV Senado há quase seis anos (domingo, às 10h, 18h e 24h), lançou uma nova modalidade: o *Conversa de Música Concertos*. A cada programa, serão apresentadas gravações de uma grande obra da música universal, com conhecidos intérpretes. Infor-

mações e biografia do autor, e aspectos de estilo e construção da obra apresentada terão comentários do maestro Lincoln Andrade.

Ele explicará os movimentos, os instrumentos, a sonoridade, o comportamento dos músicos e da platéia. Eventualmente, o programa receberá convidados

para participarem dos comentários e dividirem as análises das grandes obras.

No próximo fim de semana, será exibida a segunda parte da obra *Symphonie Fantastique, Opus 14*, do francês Hector Berlioz, uma das mais importantes e revolucionárias do romantismo.

Os Cariocas se apresentam no Espaço Cultural da TV Senado

O Espaço Cultural da TV Senado – que vai ao ar sábado, às 14h30 – dá seqüência ao especial sobre os 50 anos da Bossa Nova e apresenta o segundo programa da série com *show* e entrevista do grupo Os Cariocas – Severino Filho, Hernane Castro, Neil Teixeira e Elói Vicente.

Formado no Rio de Janeiro em 1942, o grupo vocal Os Cariocas fez escola na arte de cantar música popular misturando polifonia e efeitos rítmicos. Estrearam no programa de calouros de Renato Murce, na Rádio Mundial, onde, na segunda tentativa, foram campeões. Na Rádio Nacional,

foram contratados em 1946 para participar do programa *Um Milhão de Melodias*, e ficaram por 20 anos. Em 1997 foi lançado o CD *A bossa brasileira*, indicado para o prêmio Sharp. Em 1999, o grupo participou em uma faixa do CD *Crooner*, de Milton Nascimento.

Em 2001 lançaram o CD *Os clássicos cariocas*, vencedor do prêmio Caras na categoria grupo de MPB. Em 2002 o conjunto esteve no Japão (Tóquio) e nos EUA (Washington, Filadélfia e Nova York) lançando o CD *Os cariocas.com.bossa*, indicado para o prêmio Tim.

A pedido da Comissão de Direitos Humanos, a estréia do documentário *Jango em três atos* foi adiada para esta quarta-feira, dia 15, às 19h, quando será exibido no Auditório do Interlegis. Na TV Senado, o documentário vai ao ar em duas partes, nos dias 19 e 26 de outubro, sempre às 21h.

Jango em três atos resgata a vida, o governo e o exílio do ex-presidente da República João Goulart, por meio de relatos de vários protagonistas dos fatos que culminaram com a queda do presidente eleito e a instauração do regime militar que durou 21 anos.

O documentário aborda ainda a recente polêmica em torno da morte de Jango. Oficialmente, a causa foi um ataque cardíaco. No entanto, segundo



ACERVO DE FAMÍLIA

Mário Neyra Barreiro, ex-agente do serviço secreto uruguaio, preso desde 2003 na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, no Rio Grande do Sul, Jango foi morto a pedido do governo brasileiro.

O trabalho tem direção de Deraldo Goulart e contou com o apoio do Instituto Presidente Goulart com a cessão de documentos e fotos do acervo da família.



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Vídeo Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tectsat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

voz do leitor

LIVROS DIDÁTICOS

"Fico indignado com os livros didáticos do ensino fundamental enviados para as escolas públicas do Brasil. O conteúdo apresentado não tem como dar resultados significativos aos alunos em cada bimestre do ano. Sugiro aos senadores da Comissão de Educação que façam uma análise desse material. Acredito que a educação muda com professores capacitados, mas eles precisam de armas de boa qualidade, que são os livros didáticos."

Gildásio Brito dos Santos, de Barra do Corda (MA)

IDADE PARA TRABALHAR

"Fico envergonhada com as leis trabalhistas do nosso país. Tenho 17 anos, sou estudante e estou à procura de emprego. Sempre recebo respostas negativas devido à minha idade. Argumentam que não podem empregar menores de idade devido à fiscalização. Mas como assim? Quer dizer que posso me prostituir, roubar ou até mesmo matar, mas trabalhar honestamente, não? É esse o futuro que vocês querem para nós jovens? Que país é este? Que leis são essas? Quantos apresentadores de TV e atores (com menos de 15 anos) sustentam suas famílias com o trabalho? Somos todos iguais perante a lei!"

Jéssica Oliveira Lima, de Carangola (MG)

RANKING DA CORRUPÇÃO

"O Brasil perde sete posições na lista dos países menos corruptos, ou seja, está mais desonesto. Descemos aos níveis de Burkina Fasso e Tailândia. E nunca irá melhorar enquanto acreditarmos que a culpa é dos

outros."

Lourival Custódio, de Blumenau (SC)

NEPOTISMO

"Mesmo com a decisão do STF de acabar com o nepotismo, os municípios continuam descumprindo a lei."

Cláudio de Andrade Silva, de Camutanga (PE)

PELÍCULAS EM VEÍCULOS

"Senhores senadores, vamos reduzir o número de crimes, criando uma lei que proíba definitivamente o uso de veículos com vidros e pára-brisas cobertos com películas escuras, impossibilitando que quem está do lado de fora veja quem está dentro do veículo. É também urgente acabar com as viseiras dos capacetes de motos. Vamos aprovar uma lei que estabeleça prisão e multa para motoristas de carros e motos que forem encontrados usando esse tipo de vidro ou capacete."

Nilton Rodrigues da Silva, de Alagoinhas (BA)

SHOWMÍCIOS

"Parabenizo a proibição de showmícios e campanhas fora de hora, pois somente medidas como essa é que fazem com que a política brasileira seja mais digna."

Raimundo Ivan Rocha Filho, de Jaguaruana (CE)

OBRIGAÇÃO

"No Brasil, um país que é rotulado como democrático, é inadmissível que o voto e o alistamento militar ainda sejam obrigatórios. Cabe aos políticos fazerem algo a respeito."

Carlos Alves Oliveira, de Sorocaba (SP)

frases



Ou o presidente Lula não está entendendo a gravidade desse problema ou, simplesmente, está levando com uma certa irresponsabilidade as questões que envolvem a economia brasileira e podem refletir nos próximos anos

Tasso Jereissati, sobre a crise financeira mundial.

Não há, hoje, um especialista capaz de apontar a luz no fim do túnel, anunciando que o pior já passou. Há sintomas claros de risco de recessão nos países desenvolvidos, com efeitos sobre os países emergentes

Renato Casagrande, idem.

O presidente Lula e o seu partido não foram os que fizeram as críticas mais duras ao Proer do governo Fernando Henrique Cardoso? Não viajaram por todo o país dizendo que o programa nada mais era do que pura mamata para banqueiros?

Alvaro Dias, para quem as medidas do governo contra a crise financeira são um novo Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional.

O presidente Lula tem 80% de apoio do povo brasileiro, é o presidente mais bem avaliado da história do Brasil e é evidente que esse sentimento esteve presente nessas eleições municipais

Aloizio Mercadante, comemorando a "vitória expressiva" do seu partido e das legendas aliadas do governo nas eleições municipais.

Os partidos não podem se transformar em albergues de conveniências, que, eventualmente, podem encobrir interesses inconfessáveis

Renan Calheiros, ao defender a reforma política.

Esta Casa tem a obrigação de oferecer uma proposta política exequível [para a reforma política], e não ficar atrelada àquilo que o Executivo pensa

Marisa Serrano, idem.



Estão jogando dinheiro do cidadão brasileiro na lata de lixo de alguns países da América Latina

Gerson Camata, que cobrou da Petrobras os erros relativos a investimentos na Bolívia, Argentina e Equador.

A Medida Provisória 442/08, assinada pelo presidente da República na segunda-feira, não se parece com o Proer e, portanto, não é o Proer do Lula

Eduardo Suplicy, respondendo às críticas do senador Alvaro Dias.

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

"Por que o diesel utilizado no Brasil é de baixa qualidade, podendo-se dizer que é 'um combustível do diabo', devido à sua alta concentração de enxofre? Essa situação causa danos à sociedade e um grande lucro aos produtores e distribuidores."

Sérgio Rodrigo Coelho Torres, Petrópolis (RJ)

Conama determina redução de enxofre no diesel

O senador **Renato Casagrande (PSB-ES)** responde:

O teor de enxofre encontrado no óleo diesel usado no país é realmente muito alto, chegando a 500 partes por milhão (ppm). No Brasil, há sete anos, uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) determinou a limpeza do combustível. A decisão entra em vigor em 2009 e tanto nós como o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, exigimos que ela seja cumprida. Não cumprir tem custo

financeiro e em vidas humanas. A Resolução 315 do Conama estabeleceu que o diesel brasileiro deverá ter no máximo 50 partes de enxofre por milhão. Nos Estados Unidos, há anos, já foi atingido esse nível. Agora se busca a meta de 15 partes por milhão. Na Europa, a meta hoje é de 10 ppm. O diesel preocupa mais porque é um composto mais pesado: as partículas emitidas são mais danosas à saúde humana. Estamos consumindo combustível fóssil, o que já é uma atrocidade, mas a infra-estrutura

montada no mundo é a de combustível fóssil. Dependemos dele ainda, e cada vez há mais veículos nas ruas. Então, para que possamos diminuir um pouquinho o problema, o caminho que temos é a adoção de tecnologias adequadas, para que o combustível usado seja de melhor qualidade. Não podemos adiar mais isso. É hora de implementarmos a resolução a partir de janeiro de 2009.



Governo oferece remédios com até 90% de desconto

Os medicamentos para hipertensão e diabetes (conhecidos como remédios de uso continuado) e os anticoncepcionais representam uma despesa fixa considerável para as pessoas que deles necessitam. O gasto pode comprometer a renda não somente daqueles que buscam a assistência do Sistema Único de Saúde (SUS), mas também de quem utiliza a rede privada de saúde. A solução para gastar até 90% menos com esses medicamentos pode estar no programa Aqui tem Farmácia Popular, do Ministério da Saúde – uma expansão do Farmácia Popular do Brasil.

Programa conta com mais de 6 mil farmácias privadas credenciadas

Desde março de 2006, o Ministério da Saúde disponibiliza medicamentos de combate à hipertensão e ao diabetes em farmácias e drogarias privadas de todo o país cadastradas no programa Aqui tem Farmácia Popular – uma expansão do programa Farmácia Popular do Brasil.

Em junho de 2007, os anticoncepcionais foram incluídos no programa, que oferece medicamentos com preços até 90% menores do que aqueles praticados em farmácias privadas não cadastradas. A iniciativa do governo federal expandiu o programa Farmácia Popular do Brasil, criado em junho de 2004 para ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. A grande diferença está no número de

estabelecimentos dessas duas modalidades do programa e na diversidade de medicamentos oferecidos.

A primeira versão do programa tem 471 unidades próprias de funcionamento – e outras 142 a serem inauguradas dentro de dez meses – em 373 municípios do país, que oferecem, a preço de custo, anticoncepcionais, remédios para hipertensão, diabetes e para pelo menos outros nove problemas de saúde.

O Aqui tem Farmácia Popular, por sua vez, conta com mais farmácias e drogarias privadas credenciadas em 23 estados e no Distrito Federal – 6.109 –, mas para vender com desconto somente anticoncepcionais e medicamentos para hipertensos e diabéticos.

Anticoncepcionais estão na lista

A inclusão dos anticoncepcionais no programa Aqui tem Farmácia Popular faz parte da política nacional de planejamento familiar. Nas farmácias privadas credenciadas estão à venda anticoncepcionais injetáveis, pílula monofásica de baixa dosagem e minipílula para uso na lactação. Alguns desses medicamentos podem chegar a

custar apenas R\$ 0,40. Veja os nomes comerciais disponíveis:

Em cartelas: Concepnor, Gestrelan, Ciclofemme, Ciclo 21, Nordette, Levogen, Nociclin, Microvlar, Micronor, Norestin e Linatis.

Em ampolas: Mesigyna, Enantato de noretisterona + valerato de estradiol, Noregyna, Contracep e Depo-Provera.



O programa Aqui tem Farmácia Popular inclui drogarias em 23 estados e no Distrito Federal

LENINE MARTINS/SECOM-MT

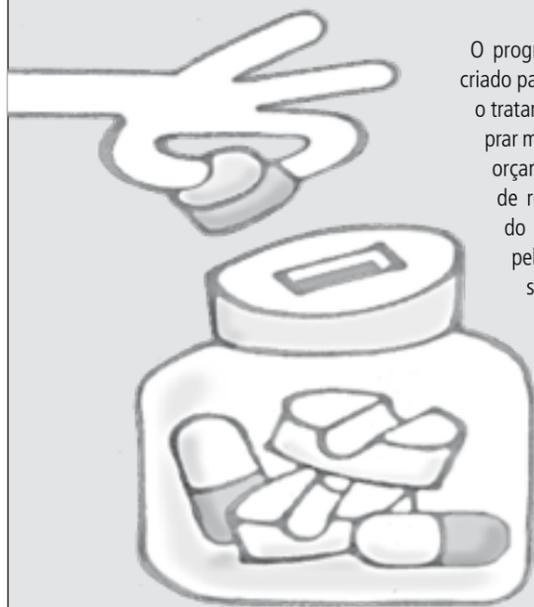
Receita e CPF na hora de comprar

Para ter acesso ao serviço, a pessoa deve procurar uma drogaria com a marca "Aqui tem Farmácia Popular" e apresentar a receita médica acompanhada do seu CPF. No caso de menores, é aceito o CPF dos pais até que seja providenciado um próprio.

O governo paga uma parte fixa do valor do medicamento e o cidadão, o restante. O valor final pode variar de acordo com a marca e o preço praticado pelas farmácias. Por isso, é recomendável fazer uma pesquisa antes da compra.

Para remédios contra hipertensão e diabetes, a receita deve ter validade de seis meses e é preciso cumprir um período de 30 dias entre uma compra e outra. Para anticoncepcionais, a validade da receita é de um ano e o período a ser cumprido para a compra varia conforme o medicamento. A lista de medicamentos disponíveis nas farmácias privadas e os endereços desses estabelecimentos em todo o país estão disponíveis no [site www.saude.gov.br/aquitemfarmaciapopular](http://www.saude.gov.br/aquitemfarmaciapopular).

Objetivo é impedir a interrupção do tratamento de pacientes de baixa renda



O programa Farmácia Popular do Brasil foi criado para evitar que as pessoas interrompam o tratamento por falta de dinheiro para comprar medicamento. A redução do impacto no orçamento familiar causado pela compra de remédios e a diminuição dos gastos do SUS com as internações provocadas pelo abandono do tratamento também são outros objetivos do programa, que é uma parceria do governo federal com prefeituras municipais, governos estaduais e entidades filantrópicas.

Segundo pesquisa da Organização Mundial da Saúde, os brasileiros gastam 19% da renda familiar com saúde. Entre as pessoas de baixa renda, o maior gasto fica por conta dos

medicamentos (61% das despesas com saúde). Entre os mais ricos, o maior gasto é com planos de saúde.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Ministério da Saúde, que executa o programa, adquire os medicamentos de laboratórios farmacêuticos públicos ou do setor privado e os disponibiliza nas unidades próprias do Farmácia Popular do Brasil a preço de custo. Nesses estabelecimentos são exibidas campanhas do ministério e o usuário recebe atendimento personalizado, sendo orientado sobre os cuidados com a saúde e o uso correto dos medicamentos.

As unidades do Farmácia Popular do Brasil funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, e aos sábados, das 8h às 12h. São oferecidos remédios que tratam das doenças com maior incidência no país. Hipertensão, diabetes, úlcera gástrica, depressão, asma, infecções e

verminoses são alguns dos males para os quais são encontrados medicamentos. Também estão disponíveis preservativos masculinos. O ministério recomenda que o paciente pergunte a seu médico sobre a possibilidade de indicação de um dos medicamentos da lista disponibilizada pelo programa do governo, que reúne atualmente 94 apresentações farmacêuticas, em seus nomes genéricos.

Os municípios com população acima de 70 mil habitantes estão aptos a se cadastrar no programa. Para o estado de São Paulo, a exigência é que o município possua, no mínimo, 100 mil habitantes. Informações sobre a localização das unidades do Farmácia Popular do Brasil e do Aqui tem Farmácia Popular, e o nome dos medicamentos oferecidos podem ser obtidas no [site www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br) e pelo Disque Saúde 0800 61 1997.